

1 (7)

**AMAZÔNIA: PROTEÇÃO ECOLÓGICA E DESENVOLVIMENTO, COM O
MÁXIMO DA FLORESTA-EM-PÉ.**

(Primeira aproximação)

AZIZ AB'SABER
Coordenador da Área de Meio Ambiente

Por dezenas de anos, a partir da década dos 60, a Amazônia foi apresentada ao Mundo Ocidental como uma região uniforme e monótona, pouco compartimentada e desprovida de diversidade fisiográfica e ecológica. Enfim, um espaço sem gente e sem história, passível de qualquer manipulação por meio de planejamento feitos à distância, ou sujeito a propostas de obras faraônicas, vinculadas a um muito falso conceito de desenvolvimento.

Os fracassos das políticas públicas nacionais, endereçadas para o mundo amazônico, foram sucessivos e quase sempre irreversíveis. Ocorreram reconhecidos fracassos nas políticas agropecuárias. Fracassos na política indigenista. Incompetência e permissivismo na política de terras. Ausência total de criatividade na busca de modelos auto-sustentados e não predatórios de utilização econômica. Fatos bem conhecidos, já assinalados por grandes cabeças do mundo intelectual e científico (Khollepp, 1987). Além do que - por anos seguidos - ocorreu total desprezo pelo destino das populações tradicionais, dependentes da floresta e dos igarapés, índios, seringueiros, castanheiros, beiradeiros. A política hidrelétrica - envolvendo alguns acertos e incríveis erros na seleção de sítios para barramentos fluviais - acarretou enormes gastos, demora excessiva na construção das barragens, baixo rendimento econômico e social em relação a uma grande área a elas relacionadas (entorno da construção). Sem falar nas sucessivas situações de conflito estabelecidas entre as obras, os homens regionais, os trabalhadores braçais, a apropriação de terras e a natureza. Houve implantações de rodovias no coração das selvas, com inteira ausência de previsão de impactos físicos, ecológicos, sociais e fundiários; fato que acarretou frentes múltiplas de devastação, a partir das margens e cruzamentos dos eixos viários em construção. Em contrapartida não existiu qualquer elaboração de um sistema de gerenciamento, criativo e precaussivo, para atendimento dos usuários, ao longo de imensas estriões de estradas. Imprevisão e omissão em relação à proteção das águas de rios e igarapés, de onde provém o peixe, alimento tradicional de milhões de amazônidas ribeirinhos, pobres e desamparados. Tolerância e estímulos assimétricos para a grande e pequena mineração, sem qualquer preocupação com a cadeia de consequências a elas relacionadas. Não existiu qualquer visão realista dos cenários negativos a serem criados pela garimpagem dirigida e selvagem. Aliciou-se jovens relativamente fortes e bem dispostos para o trabalho desgastante e semi-escravo do garimpo.

Pelo contrário, desenvolveu-se uma criminosa permissividade e tolerância para com a invasão de reservas indígenas, por meio do aliciamento maciço de ingênuos trabalhadores braçais, sob rígido controle de aviadores enriquecidos e truculentos proprietários de barrancos e cavas. Insensibilidade humana e cultural das autoridades e classes dominantes em relação aos contactos étnicos desiguais e altamente nocivos, índios vivendo na pré-história (yanomamis) e componentes rústicos da base da pirâmide social regional, vivendo sua aventura amazônica: garimpeiros, posseiros, capatazes, peões, gateiros, caminhoneiros, pistoleiros profissionais.

Por todas essas razões combinadas, a abertura da Amazônia para o mundo externo - sob a égide de um capitalismo indiscutivelmente selvagem - ocasionou a mais complicada e incontrolável projeção de uma sociedade desigual, sobre espaços herdados da natureza, que se conheceu ao fim do século XX.

Pelos mais diversos caminhos a Amazônia foi abordada, invadida por grupos humanos de diferentes procedências - em geral provenientes das regiões mais rústicas e subdesenvolvidas do país. Gente simples, em geral controlada por empresas e pessoas residentes nas mais diversas regiões do país ou do mundo. Neste contexto não era de se estranhar que se tenha instalado o caos fundiário generalizado. Ou que tenha ocorrido um saque descontínuo aos recursos naturais básicos, e às riquezas do subsolo: fatos responsáveis por uma extensiva desordem ecológica e social. Razão pela qual multiplicaram-se os conflitos entre fazendeiros e índios, entre latifundiários e posseiros; entre garimpeiros e índios; entre índios e peões de agropecuárias; entre seringueiros e latifundiários; entre povos da floresta e adeptos das pastagens. Enquanto rarissimamente acontecem conflitos entre beiradeiros, seringueiros e índios: grupos cada vez mais irmanados sob a bandeira de povos da floresta.

Após trinta anos de interferências complexas, o novo cenário das relações entre homens e homens na Amazônia exige uma nova atmosfera de convivência e entendimento, a despeito da incompetência dos governantes e seus prepostos. Convém lembrar sempre que atualmente vivem na Amazônia um quarto de milhão de índios (diferenciados por fatores linguísticos e por níveis diversos de contato e aculturação), quatro milhões e meio de seringueiros, beiradeiros e castanheiros; quinhentos e cinquenta mil garimpeiros; cinco milhões de trabalhadores braçais, funcionários e peões semi-nômades; além de alguns milhões de habitantes urbanos, de diferentes níveis sociais e culturais vivendo em grandes, médias e pequenas cidades. Este o novo estoque de humanidade da Amazônia brasileira, a ser compreendido e atendido por uma administração pública, renovada e sensível.

Uns velhos proprietários de seringais, venderam ou perderam suas propriedades. Alguns viviam na sede de sua fazenda das selvas. Outros, eram absenteístas contumazes, alheios ao destino e à sorte dos trabalhadores que introduziram no meio da floresta, à beira de rios e igarapés. Os proprietários haviam se apossado de tratos de terras que se iniciavam na boca de um igarapé ou riozinho, estendendo-se para montante até a boca de outra barra de igarapé. De início nada sabiam dos limites de suas propriedade, na direção da terra firme florestada, mais distante. Ou seja, não tinham uma noção exata da extensão de sua gleba, na direção dos altos das colinas, até aos distantes interflúvios onde deviam existir minúsculas e intransitáveis cabeceiras de igarapés. Proprietários e seringueiros em geral desconheciam as terras genericamente designadas por "centros": setores então desprezados dos sertões da Amazônia.

Esse desconhecimento e desprezo um dia seria fatal tanto para os antigos seringalistas como sobretudo para os seringueiros, já que os conquistadores de terras que um dia vieram dos planaltos centrais se apoderaram dos terrenos interfluviais, predando matas de cabeceiras, desperenizando drenagens, e poluindo águas correntes.

Muitas propriedades mudaram de mãos. Dos comerciantes rotineiros - velhos donos de seringais - as glebas foram transferidas para o domínio de novos proprietários, também absenteístas, porém dotados de outros recursos e outros respaldos políticos, além de outros níveis de percepção dos recursos potenciais das terras amazônicas, ansiosos por encontrar em suas novas glebas riquezas de subsolo. Eram banqueiros, donos de construtoras, proprietários de frigoríficos, industriais enriquecidos com a ciranda financeira, advogados bem sucedidos e altissonantes. Enfim, gente de todo tipo vinda no rastro dos mais espertos. Todos pretendendo aplicar uma parte minúscula dos seus excedentes de ganhos, em algum negócio de terras na Amazônia, ainda que fosse pensando em "seus filhos e netos" (ninguém pensou, entretanto, no destino dos filhos e netos dos pobres amazônidas). Todos confiando na rigidez e no autoritarismo de seus capatazes e peões, preparados para administrar em seu nome, a ferro e fogo. Vastas extensões de terras, em grande parte recobertas por matas. Todos confiando na "colaboração" das autoridades constituídas e no poder de persuasão do dinheiro e das tradições das classes conservadoras. E, assim, enquanto alguns chegaram pelos interflúvios, outros adquiriram portinhos rústicos de antigos seringais da beira de rios amazônicos, transformando-os em pontos de apoio para a devastação de grandes tratos da floresta da retro-terra, incluindo velhos seringais em terras mais baixas e castanhais nos terrenos mais elevados e enxutos.

Foi em função dessa nova vaga de predação agressiva das florestas - sobretudo daquelas dotadas de heveas - que sobreveio a reação organizada e inteligente dos grupos de seringueiros do Acre, responsáveis pela grande epopéia dos chamados "empates": o maior e mais importante movimento social acontecido no interior do Brasil, ao fim de um século.

Política de co-habitação não conflitiva, para todas as comunidades residentes.

Consideramos a garantia de uma convivência pacífica entre comunidades humanas pertencentes a diferentes culturas, sub-culturas e economias, com a mais urgente necessidade da Amazônia. Isto porque, instalada a desordem ecológica e social, as situações de conflito atingiram níveis tais, que implicavam, ao mesmo tempo, em deterioração do meio ambiente e tensionamentos sociais insuperados: os dois mais graves problemas ambientais da Amazônia Brasileira. Para resolver ou minimizar as sérias questões envolvidas nessa dupla problemática, é indispensável conceber estratégias e legislações suficientemente adequadas para atenuar os saques à natureza e distensionar as situações de conflito que afetam homens e grupos humanos, pertencentes a diferentes culturas e sub-culturas: índios, seringueiros e beiradeiros, posseiros e peões de fazendas, fazendeiros residentes, latifundiários burgueses absenteístas. A meta da convivência ou co-habitação pacífica - em sistemas semi-isolados ou complementarizados a nível do social e econômico - no interior dos grandes espaços amazônicos, somente pode ser alcançada em face de um completo domínio do conhecimento das realidades regionais.

Para tanto, há de garantir uma grande continuidade no fluxo das informações sociais; possuir talento, método e criatividade para a captação dos problemas emergentes e identificação global e seletiva das expectativas da população residente. Todas as propostas endereçadas para a Amazônia devem partir ou convergir para tais objetivos, visando esclarecer os responsáveis pelo Estado e exigir deles as providências necessárias para corrigir defeitos e atender aos homens e à sociedade amazônica.

Para atingir com rapidez e transparência os objetivos desejados no interesse de uma população desatendida, propomos que os reconhecimentos das conjunturas regionais sejam feitos em dois momentos, tão diversos quanto subsequentes e inter-dependentes.

Há um período preliminar, para a identificação das principais células espaciais, que já está feito e divulgado, podendo ser considerado um conhecimento de domínio comum. Uma experiência de setorização, entrada no conjunto de um só e mesmo Estado da Amazônia, está em andamento para ser publicada proximamente (IDESP-Pará). Será sobre essa base inicial de zonas ou células de espaços amazônicos, que deverão ser realizados, os estudos rápidos e argutos de problemas emergentes, no interesse direto das aspirações e necessidades dos grupos humanos regionais. Tais estudos exploratórios deverão comportar pesquisas de campo de, no mínimo, três e no máximo seis meses. Mais tarde, num segundo momento, e sobre os ombros do primeiro reconhecimento, poderão ser elaborados diagnósticos regionais mais detalhados, envolvendo propostas e estratégias de extensão administrativa e estímulos desenvolvimentistas, dentro de uma ótica sobretudo socio-econômica e humanística. Nessa perspectiva, a partir de iniciativas de governos esclarecidos e empenhados na constituição de uma política consistente para a Amazônia Brasileira, dentro de, no máximo dois anos de estudos diagnósticos e trabalho participante com as populações residentes, nosso país teria um exemplo de solidariedade humana e de um novo paradigma de desenvolvimento não predatório, a dar para toda a Amazônia sul-americana e mundo civilizado. Mais detalhes e idéias sobre os procedimentos e estratégias para o estabelecimento de uma política nacional brasileira para a Amazônia são encontrados no estudo "Zoneamento ecológico e econômico da Amazônia - Questões de método e de escala" (Ab'Saber, 1989). Trata-se, no caso, apenas de um ponto de partida, a ser agilizado: no interior do qual já se definiu, a nível de primeira aproximação, as principais células espaciais, a serem inventariadas e atendidas. No presente documento retomamos os raciocínios e estratégias que nortearam a referida proposta.

O macro-zoneamento ecológico e econômico na percepção dos problemas emergentes

Para tornar viáveis os ideais de uma convivência espacial, entre povos e comunidades dotadas de culturas extremamente diferentes, sugere-se a adoção imediata de uma regionalização do espaço total da Amazônia. Dada a ordem de grandeza dos espaços a ser melhor gerenciados, é imperativo reconhecer as principais células espaciais, regiões ou quadrantes (denomine-se como quiser), onde residem parcelas da população amazônica, vinculadas a diferentes gêneros de vida e sistemas culturais.

Efetivamente, consideramos prioritário um zoneamento ecológico e econômico, suficiente para uma primeira regionalização do território, a diversas escalas e perseguindo diferentes objetivos. Na condição de, em sua primeira elaboração servir de base espacial para a identificação rápida e espontânea dos problemas emergentes: no campo do meio ambiente; saúde pública; saneamento básico; sanidade das águas a nível local e regional; e um sistema de educação ativo e criativo, adaptado a um modo de vida harmônico com as condições ambientais e culturais da região, com respeito total aos valores das comunidades vizinhas.

Enquanto os governantes permanecerem fixados na idéia de que as potencialidades e os problemas da Amazônia brasileira são genéricos e extensivos para um território da ordem de 4 a 5 milhões de quilômetros quadrados, todas as propostas de uma política amazônica envolverão meras palavras de intenções. Não devendo ultrapassar o terreno das panacéias; e, certamente, destinando-se a serem trituradas pelo tempo e estigmatizadas pela história. Independentemente de quem esteja comandando as rédeas do Estado. Mesmo porque é impossível planejar para o atendimento de remotas regiões interiores de qualquer parte do Mundo Tropical, pretendendo atender a áreas superiores a um milhão de quilômetros quadrados.

Os diagnósticos seriam incompletos, para não dizer falsos. E, as propostas seriam corporativistas, quando não filtradas pelos interesses das oligarquias dominantes ou de investidores insensíveis aos interesses sociais e culturais das comunidades residentes.

Para evitar generalidades inócuas e abordagens de ocasião, tão a gosto da tecnocracia brasileira, temos proposta, como prévia, uma primeira divisão do espaço total da Amazônia Brasileira, em células espaciais da ordem de 100.000 a 200.000 quilômetros quadrados, para diagnóstico das especificidades regionais, balanço das infra-estruturas funcionantes da região, re-avaliação das potencialidades em recursos naturais inteligentemente aproveitáveis, avaliação dos problemas regionais mais críticos, e, sobretudo, as aspirações das comunidades residentes. Sabemos, de antemão, que mesmo, reduzidas às proporções territoriais que vimos de propor, tais células espaciais delimitáveis poderiam ser consideradas por demais extensas, para fins de um planejamento regional, centrado numa economicidade progressiva e num tipo de desenvolvimento social e cultural efetivo. Não vemos outro caminho, porém, do que o de regionalizar a Amazônia em ordens de grandeza progressivamente mais detalháveis, assegurando de partida uma política ecodesenvolvimentista que garanta modelos de exploração econômica menos predatórios, capazes de garantir a preservação da biodiversidade e atender ao nível de vida sócio-econômico e cultural da população.

A metodologia para a elaboração dos diagnósticos regionais da Amazônia Brasileira vem sendo aprimorada e amadurecida desde há algum tempo. Defendemos a idéia de que, em cada uma das regiões ou células espaciais, previamente identificadas, devem ser feitos inventários sobre os problemas emergentes e listagem das aspirações das comunidades residentes, sem quaisquer limitações setoriais. Trata-se de uma verdadeira campanha de investigações de campo, a ser realizada sob a supervisão de técnicas e cientistas competentes e, acima de tudo, participantes. Para evitar empirismos danosos ou desajustes de informações, preconiza-se uma fase inicial de treinamento intensivo dos participantes da pesquisa, para garantir uma investigação sincrônica e homogênea, à custa de uma metodologia normatizada. De nada adiantaria iniciar as investigações, por uma ou outra célula isoladamente, e esperar meses e anos para prosseguir trabalhos similares, em regiões vizinhas ou distantes. Para visualizar os problemas ecológicos e sociais de uma região tão ampla e problemática como é a Amazônia é imprescindível uma postura em que o sincronismo dos diagnósticos, ao longo do espaço total, garantam o sucesso das propostas de políticas públicas dirigidas para a região.

Em seu conjunto, as pesquisas devem ser realizadas por equipes de campo, em no máximo três ou quatro meses de trabalho; envolvendo de início algumas semanas de treinamento prévio, tendo por base alguma cidade e instituição da Amazônia. Sobre os resultados obtidos nessa primeira fase de estudos se poderá montar inventários mais detalhados e demorados, por meio de equipes multi-disciplinares da própria região amazônica, envolvendo ou não a colaboração de pesquisadores de outras áreas do país ou do exterior. A única economia de tempo e trabalho, passível de ser feita, diz respeito às regiões críticas que em termos de reconhecimento e previsão de impactos já vem recebendo pesquisas sucessivas, ainda que fragmentárias e incompletas. Em termos da preparação de uma verdadeira política ecodesenvolvimentista as áreas mais tradicionais e menos aquinhoadas por projetos estatais, são exatamente as mais necessitadas de estudos.

A recomendação de se fazer um pré-diagnóstico das realidades regionais - a todos os níveis e em curto espaço de tempo - está relacionada com a velocidade das mudanças e a existência de numerosas situações de conflito no interior das terras amazônicas. Inquéritos demorados tornam-se impotentes e caducos, incapazes de fornecer parâmetros para a elaboração de uma verdadeira política integrada e dinâmica, socialmente justa. Uma política, que de resto, respeite a dignidade e os valores culturais dos homens da Amazônia. Qualquer ação isolada ou iniciativa pontual que deixe de atender à diversidade das culturas e sub-culturas do "universo" humano da Amazônia, está destinada a fracassar, redundando em lamentáveis cadeias de conflitos. A velocidade dos procedimentos predatórios, das constantes e repetidas agressões ao homem e das interferências ao meio ambiente, exigem um domínio do conhecimento, o mais completo possível, das realidades regionais amazônicas. Uma tarefa que não pode ter o vício da demagogia, nem tampouco a vesguice das distorções ideológicas. Impõe-se um esforço de visualização mais rápido e abrangente dos fatos em processo, a fim de consolidar políticas e evitar ações isoladas, marcadamente impotentes. As mudanças somente poderão ter efeito quando introduzidas no "bonde da História" em movimento, através de proposições que impliquem em transformações na estrutura e funcionalidade de uma sociedade complexa, a favor de todos os seus componentes e em prejuízo das expectativas dos especuladores e reacionários.

Para atingir tais objetivos, dividimos o espaço total da Amazônia brasileira em 22 a 25 áreas, de segunda ordem de grandeza espacial, distribuídas em quatro agrupamentos regionais mais amplos:

- um conjunto de 8 a 10 células regionais, identificadas ao norte da calha do Amazonas, compostas de espaços predominantemente florestados (mas não totalmente), distribuídos por uma faixa diferenciada de terrenos e bacias hidrográficas, que se estende desde o Uaripés ao Amapá, Alto Rio Negro, Rio Negro, Roraima (três sub-áreas), Uatamã, Trombetas, Parú-Jarí e Amapá (duas sub-áreas);

- um corredor setorizado, ao longo do eixo W-L da planície amazônica, envolvendo os baixos platôs (tabuleiros) que a enquadram, desde o Solimões até o chamado Golfão Marajoara (Solimões fronteiro; Solimões do baixo Juruá ao paraná do Careiro e Encontro das Águas; Amazonas, do Encontro das Águas ao Baixo Xingú; e, Baixo Amazonas/Golfão Marajoara);

- um terceiro agrupamento de sub-áreas, correspondente aos longos estirões de terras originalmente florestadas, que se estendem ao sul da grande calha aluvial do rio Amazonas (margem direita), desde o Acre até ao Nordeste do Pará (Acre Ocidental, Acre Oriental, Juruá, Purús, Madeira, Tapajós, Xingu/Iriri, Tocantins, Região de Belém/Bragantina/Alto Capim), sendo que, pelo menos os espaços do Madeira e do Xingu-Iriri podem ser sub-divididos em duas sub-áreas cada um. Nessa margem sul da Amazônia, em que se destacam grandes contínuos de "terras firmes" florestadas, estendem-se predominantemente, terrenos sedimentares a oeste do rio Madeira e, terrenos cristalinos decompostos a leste desse grande afluente sul-amazônico;

- o quarto e último agrupamento de células espaciais, reconhecido como áreas críticas de apossamento fundiário e predação de recursos naturais, corresponde aos setores sul, sudeste e leste do corpo territorial da Amazônia Brasileira. Ou seja, os complexos setores de ocupação caótica e conflitiva, que se estende desde Rondônia até ao Médio Araguaia e Médio Tocantins (Guaporé/Rondônia, norte de Mato Grosso, sul do Pará, extremo-norte do "Bico do Papagaio" e oeste Maranhense).

Espaços de preservação e conservação (e) Espaços de exploração auto-sustentada, na Amazônia

No início dos grandes debates sobre a Amazônia Brasileira, um dos maiores reacionários do país, dizia em tom de reclamação e sugestão: "o governo que delimite as unidades de preservação, o mais breve possível, e nos deixe o "resto" para nosso uso". Nunca se produziu em nossa terra um grito tão representativo das idéias das classes dominantes, quanto ao sentido anti-social e anti-amazônica, contido nessa frase. Entretanto, ela pode ser recuperada, noutra direção, com vistas a uma política esclarecida de organização e harmonização dos espaços amazônicos.

No interior das terras amazônicas existem dois agrupamentos de tipos de espaços, a serem gerenciados e diferencialmente defendidos pelo Estado. Mais do que simples agrupamentos de glebas são verdadeiras "famílias" de espaços, dotadas de objetivos e estatutos diversos: uns, estabelecidos para a preservação e conservação; outros liberados para uma exploração contida, de tipo auto-sustentada, sob legislação e controle específicos.

A primeira dessas "famílias" descontínuas de espaços, envolve prioritariamente todas as áreas naturais, a serem defendidas, se possível para todo o sempre. Inclui áreas de florestas tropicais, a serem preservadas com toda a sua biodiversidade regional, in situ, na categoria de bancos de germoplasma, de valor planetário.

Nesse primeiro agrupamento estão incluídas as reservas de biodiversidade, os espaços das populações de raízes étnicas e culturais pré-históricas, os espaços auto-preserváveis ocupados por comunidades tradicionais, acrescidos de diferentes unidades de conservação terrestres, aquáticas ou sub-aquáticas. Incluem-se, portanto, nessa primeira categoria, as reservas indígenas, reservas biológicas, santiedrios, reservas florestais, parques nacionais, parques estaduais, parques e hortos municipais, estações ecológicas, paisagens de excessão, sítios arqueológicos, rios cênicos, parques serranos, rodovias turísticas sob controles, escarpas florestadas, faixas de cabeceiras de igarapés (interflúvios de tabuleiros, frentes e reversos de escarpas), entre outras. Em algumas dessas unidades existem condições para uma economicidade primária ou rústica, porém suficiente para a continuidade da vivência física e social de populações tradicionais: extração da seringa; coleta de ouriços das castanheiras; pesca para alimentação cotidiana; coleta de frutos de palmáceas comestíveis e árvores frutíferas, ervas medicinais e condimentos; criação doméstica; enfim, uma agricultura de subsistência, de estilo promíscuo, limitada a menos de 0,01% do espaço total. Incluímos nesse conjunto, ainda, as reservas extrativistas (comunitárias ou intra-glebas), nas quais a proteção da floresta-em-pé, com a preservação do máximo possível da biodiversidade *in situ*, tem sido conduzida de modo exemplar, ao longo dos tempos, pelas comunidades seringueiras. Ninguém mais aceita, por outro lado, a continuação do sistema escravizante dos velhos seringais, comandados à distância por seringalistas escorchantes e desumanos. Para se criar um novo perfil para os seringais, ao ensejo do estabelecimento das reservas extrativistas, há que se estudar mudanças que atendam às aspirações dos seringueiros, importando uma atmosfera comunitária dotada de organização própria, espírito cooperativo, direito de ir e vir, poder aquisitivo, implementos básicos da civilização ocidental (escolas, postos de saúde, creches, espaços de lazer) e, sobretudo, o direito de opção em termos de permanecer ou se desligar. Nos seringais intra-glebas há que estudar mudanças nas relações de trabalho e participação de lucros, estimulando intrusões de modernidade no entremeio das "colocações", mantidas pelos legítimos proprietários históricos das "estradas" da seringa. E, sobretudo, propiciar a todos, novas opções de estudo, trabalho ou residência, para jovens e adolescentes preparados para enfrentar outros nichos da sociedade amazônica ou brasileira.

Pelo fato de constituir um tipo inusitado e não convencional de unidade de conservação, é de todo conveniente entender os fundamentos que dão originalidade às reservas extrativistas, a fim de poder elaborar propostas de atendimento, à altura de suas necessidades. De há muito tempo, existia a figura da reserva indígena, destinada à vivência e proteção de grupos pré-históricos, no interior do território brasileiro. Daí nasceu a pergunta: por quê não paralelizar o conceito de reserva indígena com a idéia de uma reserva extrativista, destinada à manutenção e proteção das comunidades tradicionais da Amazônia? A partir dessa aproximação surgida através de discussões entre lideranças seringueiras, sociólogos, antropólogos e ambientalistas, atingiu-se um conceito novo, na forma de uma idéia-força, capaz de prestar grandes serviços aos povos da floresta. De grande importância, sobretudo, para os seringueiros residentes no interior das selvas, na beira de rios e igarapés, constantemente ameaçados de expulsão e extinção.

Para consolidar os fundamentos das reservas extrativistas, muito contribuiu a capacidade de aglutinação e resistência cultural e política dos seringueiros do Acre, por intermédio da epopéia dos "empates". Ao defender a permanência dos seringais nativos no meio das florestas em pé, os seringueiros acreanos estavam colaborando para a permanência da biodiversidade regional in situ. Talvez tenha sido esse, o maior e mais bem sucedido movimento popular ocorrido no interior do Brasil, ao fim do presente século. Por intuição e luta pela sobrevivência física e cultural, os sofridos seringueiros do Acre chegaram a um novo conceito de espaço reservado, que se integra à linha mais conveniente para a Amazônia. Uma noção integrável nos princípios maiores do desenvolvimento sustentado. Membros sensíveis do Governo brasileiro (1989), acabaram por atender às aspirações da gente dos seringais, através de um bem elaborado decreto de criação das reservas extrativistas. Com base nesse estatuto legal já foram criadas mais de uma dezena de unidades de apoio, onde por certo deverão ocorrer intrusões de modernidade e liberdade no coração das selvas, sem maior destruição da biodiversidade dos ecossistemas regionais. Resta colaborar para equipar, de modo gradual e contínuo, as reservas extrativistas, sem distorcer suas finalidades, essencialmente comunitárias. Para tanto, além de recursos alocados em diferentes fontes, há que se ter boas idéias.

Crítica das posturas equivocadas: ponto de partida para o encontro de modelos agrários auto-sustentados e não predatórios

Não há como propor novas formas de economicidade - não predatórias ou menos agressivas - sem tomar como base uma crítica adequada dos grandes equívocos cometidos na ocupação dos espaços amazônicos, durante os últimos 30 anos.

Deve-se aos conceitos oficiais ambíguos, mantidos por anos como leis de validade pan-amazônica, algumas das mais desastrosas consequências em relação à conservação da natureza e à convivência e co-habitação pacífica entre grupos humanos de grande diversidade cultural, no extenso domínio das terras baixas florestadas da Amazônia Brasileira. Conceitos tais como a consideração de "benfeitorias" para os setores devastados das glebas rurais; a possibilidade legal de uso de 50% do espaço de cada propriedade, desde que teoricamente o restante fosse mantido com a presença de floresta; a falta de qualquer referência sobre a experimentação prévia dos terrenos em desmate para avaliação da sustentabilidade da agricultura na área da gleba; a ligeireza e permissividade na aprovação dos projetos agrônômicos elaborados por técnicos incompetentes e insequentistas; o manejo livre dos recursos obtidos em subsídios estatais para as atividades de desmatamento necessárias para a produção de monótonas e deterioráveis pastagens; a possibilidade de desmates, sem limites de tempo ou avaliação prévia até o nível de 50%, em projetos aparentemente não subsidiados. Foram algumas das deformações congênitas da desastrosa política espacial dirigida pelos tecnocratas encarregados de desenvolver a Amazônia, em três décadas de sandices. O Brasil tornou-se alvo (e, infelizmente, vai custar para livrar-se disso) de críticas e chacotas de um sem número de pessoas esclarecidas do mundo inteiro, em face de uma política tão ignorante quanto até certo ponto criminosa, em relação ao seu legado territorial amazônico. Fato que permitiu uma violenta pressão internacional para a mudança de rumos na política brasileira para a Amazônia; atitude que, por desconhecimento das realidades regionais do país, incluíram sugestões distorcidas e propostas inviáveis, deixando margem para argumentos reacionários.

Uma análise aprofundada do conceito de "benfeitoria" para a parte desmatada das propriedades rurais amazônicas, serve para documentar a insanidade e a falta de previsão de impactos e cenários predatórios, de nossos tecnocratas e governantes. Balizando em 50% a área de preservação permanente, a ser estabelecida para cada propriedade, em caráter genérico, para toda a Amazônia, deixou-se margem para as seguintes consequências e derivadas:

- não havendo prazo para o desmate dos 50% passíveis de eliminação, qualquer proprietário ou companhia estatal ou particular podia num ímpeto legalista de fúria destrutiva determinar o desmate por derrubadas e queimadas, em poucos dias ou semanas, à custa de recursos técnicos e financeiros próprios. No Acre tem acontecido várias tentativas de efetivar tais "razzias" da cobertura vegetal primária em propriedades pertencentes a fortes grupos empresariais ou pessoas de grande influência política;

- a consideração prévia de que as áreas desmatadas poderiam ser consideradas "benfeitorias" era um artifício para garantir a valorização da gleba e neutralizar qualquer desapropriação por preço aviltado para fins de utilidade social ou efeitos de uma reforma agrária;

- ao invés de exigir dos proprietários um plano de utilização progressiva das glebas, através de estudos de agronomia tropical e de internalização das experiências obtidas em espaços limitados, adotava-se os princípios do fato consumado, para depois, sem qualquer perigo de desapropriação, adotar medidas mais rendosas através da venda, partilha do espaço, ou solução parecida;

- pressentindo as dificuldades de transformar a Amazônia na alegada nova "fronteira agrícola" do país, optava-se pela comercialização potencial das glebas, sob a forma de espaço-mercadoria, procurando valorizar sob o critério de benfeitoria o trabalho predatório representado pelo processo de desmatamento;

- ninguém da administração pública ou dos órgãos de planejamento regional e agências ditas de desenvolvimento, quis alertar a sociedade para os efeitos espaciais coletivos das posturas permissivas em relação ao futuro da Amazônia. Conduzida ao extremo, a postura dos 50% aplicável às propriedades pequenas, médias, grandes, muito grandes ou gigantescas, ocasionariam uma total fragmentação do continuum florestal amazônico. Atingida a totalidade dos espaços permitidos, após algumas décadas, o cenário dantesco da Amazônia meio-desmatada envolveria de 1,5 a 2 milhões de quilômetros quadrados de área; enquanto a outra metade estaria ameaçada pelas partilhas especulativas e outros artifícios de despreparados proprietários, às voltas para manter pastagens e lutar contra as ervas daninhas e a proliferação de vegetação secundária, constituída sobretudo por heliófilas e higrófilas (embaubais). A exploração madeireira dita seletiva afetaria de imediato, subsequentemente, os maciços florestais remanescentes, de diferentes portes e áreas de extensão, contribuindo para uma forte perda das biodiversidades regionais da Amazônia.

Busca de seriedade na política de rodovias para a Amazônia

Provavelmente não existe infra-estrutura mais paradoxal do que as rodovias implantadas, em curto espaço de tempo, no interior de grandes contínuos florestais. Sob a ótica de descompromissados planejadores de gabinete, que trabalham sobre mapas convencionais - de ínfima escala - elas seriam apenas caminhos de integração, componentes inter-ligadores de áreas ou núcleos dotados de alta complementaridade econômica e social. Ninguém se preocupou, de início, em sondar a complexa cadeia de consequências das rodovias que resgaram o coração das selvas, transformando-se em extensivos caminhos da devastação. Não havia (ou foi desprezado) o bom hábito de prever impactos físicos, ecológicos e sociais em empreendimentos de tão grande envergadura. Não entrou na cabeça dos inconsequentes planejadores a idéia exata das dimensões da especulação fundiária no Brasil.

E, nem tampouco, qualquer um, dentre eles, quis visualizar os previsíveis cenários a serem criados ao longo das duas frentes de apossamento e devastação estabelecidas pari-passu com a abertura das longas estradas que desventraram a principal área de florestas tropicais do planeta Terra. Uma estrutura caótica de ocupação do espaço: agropecuárias de todas as partes; loteamento de espaços silvestres sob o título de projetos de colonização, na forma de "espinhela de peixe"; ausência de extensão administrativa; empirismo e desajuste no manejo dos espaços conquistados por derrubadas e queimadas; total desconhecimento da resposta ecológica dos solos a atividades agrárias; eventuais desperenizações da drenagem nas cabeceiras de igarapés, nas margens das estradas localizadas em interflúvios ou "trechos secos"; invasões de reservas indígenas; conflitos entre os recém chegados pelos "centros" (interflúvios) e os grupos humanos tradicionais, habitantes da beira de igarapés (seringueiros, castanheiros, beiradeiros); mandonismo dos proprietários absenteístas, socialmente insensíveis; multiplicação de madeireiras em busca de madeiras nobres, violentando as florestas a partir das bordas de matas voltadas para as rodovias; conflitos entre posseiros e índios, entre fazendeiros e posseiros, desrespeito aos direitos históricos dos seringueiros estabelecidos em "colocações", um tipo de ilhotas de humanidade, peculiar da Amazônia. Enfim, as rodovias interferiram em tudo no domínio das terras baixas da Amazônia e em seu estoque de homens e grupos sociais. Foram os corredores para o acesso maciço de emigrantes incentivados, saídos dos sertões secos e de todas as áreas subdesenvolvidas do país. Primeiramente, legiões de machadeiros, depois pequenos grupos de peões de agropecuárias e operadores de moto-serras. Logo, legiões de desesperados encaminhados para os distantes garimpos do Pará, de Rondônia, de Roraima e do Amapá. Na louca trama dos garimpos, gente despreparada para enfrentar o ambiente das selvas, contribuindo para a transmissão de doenças ditas tropicais, introduzindo a tuberculose e o sarampo, infeccionando mulheres e adolescentes

com doenças venéreas, quebrando os valores culturais milenares das populações indígenas, envenenando rios e igarapés. Tudo conduzindo uma situação indireta de ecocídio e etnocídio, dotada de particular irreversibilidade.

Frente a esse quadro dramático, que nos envergonha perante o mundo, o que fazer? Evidentemente, não há que "fechar estradas". Pelo contrário, há que realizar a partir das rodovias já existentes, um novo estilo de gerenciamento: mais inteligente, mais versátil, mais integrado.

É certo que a abertura de longas estradas, rasgando matas virgens, por centenas de quilômetros e em curto espaço de tempo, tenha favorecido todo tipo de apossamento de terras e operações cartoriais ilegais. Outros envoltimentos concomitantes se fizeram sentir; sobretudo na faixa dos humildes trabalhadores aliciados para a construção das estradas. Enquanto os representantes das classes dominantes - constituídos por banqueiros, industriais, fazendeiros, médicos e advogados - se apossavam de imensas glebas de terra, colocadas à sua disposição por governantes autoritários e inconsequentes, estabelecia-se uma grande corrente migratória de trabalhadores "sem terra", do Nordeste e Centro-Oeste para a Amazônia. Vieram brasileiros de todas as áreas sub-desenvolvidas do país - numa aventura tão solitária e insegura, quanto rústica - para abrir estradas, suprimir florestas, montar agropecuárias, trabalhar em serrarias, estabelecer caminhos internos de glebas, construir sedes para fazendas de proprietários absenteístas e barracos para asilar trabalhadores volantes, totalmente despreparados para enfrentar as condições ambientais e ecológicas da mata virgem em supressão. Era uma verdadeira guerra contra a floresta em pé, comandada por civis ou militares, em utilizando uma mão de obra semi-escravizada, sujeita à ronda mortífera da malária.

Em outra vertente dos acontecimentos - ocorridos nas décadas dos 60 e 70 - ninguém se deu conta da dramática situação em que ficaram reduzidas as populações tradicionais que resistiram, ainda que tenuemente, ao mandonismo dos capatazes e à rompância dos peões. E, sobretudo, ninguém atentou para insegurança que, por anos a fio, pesou sobre os trabalhadores volantes, perdido nas selvas. Ser desempregado no contexto e estrutura de uma cidade grande é um drama pessoal e familiar passível de alguma solução, mais dia menos dia. Entrementes, ser desempregado no interior do dilatado espaço das selvas - em devassamento fragmentário - era uma tragédia dificilmente imaginável por aqueles que vivem em outras circunstâncias e outros contextos regionais.

Despedidos ao fim das operações de derrubadas e queimadas, os machadeiros eram jogados para um espaço sem fronteiras e sem referências, obrigados a percorrer "frentes", através de trilhas e caminhos rústicos, em busca de qualquer tipo de trabalho que lhes possibilitasse sobreviver. Numa desesperada busca de um novo emprego temporário. Mas estas não eram questões que pudessem entrar o sono dos tecnocratas, alinhados com os governos militares.

Mas, as consequências diretas da abertura de estradas no coração das selvas, foram muito além. Deslançou-se um conflito surdo entre os recém-chegados, construtores de rodovias e capatazes de agropecuárias, contra os hábitos e os interesses dos habitantes da beira de igarapés. Um conflito entre o cotidiano do homem da beira-rio com as atividades dos representantes do caos fundiário, instalado na região pela progressão das estradas. Em numerosos casos, os que se apossaram de terras a partir dos antigos "centros" florestados interrompiam a circulação fluvial ao longo de igarapés e riosinhos, através da construção de pequenas e tôscas pontes rasas. Enquanto a progressão dos desmatamentos eliminava os produtos naturais básicos da beirada dos pequenos cursos d'água, tais como palmáceas dotadas de frutos comestíveis, ervas medicinais e materiais de construção. E, de repente, lhes era vedado transitar pelo igarapé ou utilizar pequenos espaços de sua ribeira, já que todos os componentes das glebas passaram às mãos de proprietários invisíveis, representados por capatazes insensíveis e não flexíveis.

"Erga essa ponte porque eu quero passar": foi a frase tão imperativa quanto inútil de um ribeirinho, de pé em sua canoa, num grito de protesto, dirigido ao construtor de uma ponte rasa e rústica, destinada à transposição de caminhões e tratores para a outra banda do pequeno curso d'água, numa fase inicial da implantação de uma grande agropecuária na faixa de Belém-Brasília (década de 70). Mal sabiam os velhos herdeiros da "civilização do igarapé", que os recém-chegados estavam cortando todas as possibilidades de livre circulação pelos igarapés - até então os únicos caminhos vicinais pan-amazônicos, utilizados pelas populações tradicionais. Não podiam perceber, ainda, que eles estavam iniciando a implantação de um modelo selvagem de predação ecológica, de consequências péfidas para numerosas outras áreas e comunidades amazônicas. E, mais do que isso, estavam privatizando espaços que, por justiça histórica, de vivência e trabalho, lhes pertencia.

- enquanto não for elaborado e implantado um sistema de gerenciamento para os grandes eixos viários instalados na Amazônia, nos últimos 25 anos, não autorizar a construção sobretudo o início da construção de qualquer outra rodovia que cruze o interior das selvas ou que possa deslanchar processos predatórios, com retomadas de desmatamentos, apossamento de terras ou selvagens atividades madeireiras;

- adotar um plano de consolidação, gerenciamento e revitalização dos corredores viários - de funcionamento reconhecidamente precário - visando corrigir defeitos, diminuir distâncias horárias e gerenciar de espaço a espaço as principais estradas, através de uma extensão administrativa integrada e polivalente;

- entre as medidas para consolidar os grandes eixos de circulação terrestres pré-existentes na Amazônia incluir uma rede planejada de postos de apoio aos usuários e à população residente, sob um espaçamento de 20 a 20 Km, no mínimo. Tais postos ou núcleos de apoio devem incluir, ainda que em combinações variáveis, agências dos governo federal e estadual, postos de abastecimentos de combustíveis, postos bancários ou caixas eletrônicas, telefonia, correios, fax, bares e restaurantes, casas de auto peças, mecânicas e auto-elétricas, borracharias, guinchos, ambulatório médico-farmacêutico, centro de triagem para a oferta e a procura de trabalhos rurais e urbanos, núcleos de alfabetização, algum tipo de lazer e segurança;

- pressupor para os "postos de apoio" mais bem sucedidos, uma ampliação de serviços e infra-estruturas, ao nível de núcleos de urbanização, sob planejamento. Para evitar maiores impactos fundiários rurbanos e urbanos, fazer decretos prévios de utilidade pública ou desapropriação da gleba do entorno dos postos ou núcleos de apoio, incluindo áreas dotadas de raio de 2,5 a 5 Km para aqueles dotados de maior potencial de crescimento e desenvolvimento;

- durante a instalação dos postos de apoio, de interesse social e econômico para as populações residentes e os diferentes usuários das estradas, implantar um sistema volante de atendimento e orientação da saúde pública, centrado no tratamento das chamadas doenças tropicais (malária, febres, filariose, arboviroses). Através da experiência dos ambulatórios volantes fixar alguns centros de apoio hospitalar e de saúde pública, a intervalos de 100 a 150 Km, ao longo dos grandes eixos viários. Recorrer a auxílios de empresas nacionais ou internacionais, laboratórios, instituições de pesquisas e organizações não governamentais, para a correta implantação dessa rede de pequenos hospitais, em pontos selecionados dos grandes eixos viários da Amazônia;

- no que se refere à travessia de pequenos ou grandes cursos d'água, pelas diferentes rodovias já existentes, realizar estudos específicos para se saber qual a solução mais viável e menos danosa para o ambiente e a economia regional. Aperfeiçoar o sistema de balsas na travessia dos cursos d'água; projetar pontes nas travessias de rios e igarapés, de menor largura, com vão suficientemente alto para garantir o trânsito das embarcações usuais de cada setor fluvial da região: são providências indispensáveis para a consolidação e manutenção da funcionalidade das rodovias amazônicas;

- na impossibilidade de cuidar de tudo, ao mesmo tempo e em uma só e única gestão da herança atropelada do rodoviarismo implantado na Amazônia Brasileira selecionar alguns casos prioritários para tratamento e perenização de uso, em convênio com os governos federal e estadual: rodovia Belém-Marabá, rodovia Porto Velho-Manaus, rodovia Rio Branco-Cruzeiro do Sul.

Preservação da biodiversidade (e) reconstrução de uma certa diversidade biológica em áreas degradadas

Poucos países no mundo têm tanta responsabilidade com a preservação das biodiversidades regionais quanto o Brasil. Pelo fato de ter herdado grandes espaços físicos e ecológicos, de máxima riqueza em termos de diversidade biológica; acrescido do fato de termos podido manter, praticamente intactas, até a década dos 60, nossas grandes florestas tropicais úmidas do Norte do país; temos o privilégio e o peso de uma herança que ultrapassa o nível de percepção de nossas elites políticas e tecnocratas. O longo saque a que estiveram sujeitas as matas atlânticas do país, em quatro séculos e meio de colonização predatória, foi suficiente para quebrar a continuidade das matas orientais do país de norte para o sul, e, de baixo para o alto reduzindo-as a ridículos fragmentos ou remanescentes ameaçados de extinção a partir de quase todos os seus quadrantes. Em cinco séculos as matas atlânticas foram reduzidas em 88 a 90% do seu espaço ecológico de abrangência primária. Na Amazônia, em menos de vinte anos - à custa de tecnologias mais agressivas e propósitos fundiários inconfessáveis - eliminaram-se 10 a 12% da antiga cobertura florestal, fato que somado às devastações mais antigas, totaliza 400.000 quilômetros quadrados de supressão de florestas. Sem contabilizar a ação de alguns milhares de madeireiros incentivados por outras tantas serrarias vinculados a um sistema de exploração dita seletiva de madeiras nobres, com acentuada perda das biodiversidades regionais e grande ameaça à preservação das florestas.

Os caminhos da devastação são múltiplos, além de fortemente intrincados. Na longa faixa de contato entre cerrados e grandes matas da periferia sul da Amazônia, a devastação e a ocupação por frentes pioneiras rústicas caminhou floresta adentro, desde o planalto ocidental do Maranhão até o sul do Pará, o Norte Matogrossense e a Rondônia. Iniciado o devassamento, altamente fragmentário e predatório, por volta dos anos 50 e 60, o processo iria se acelerar de modo violento e irreversível a partir da multiplicação dos acessos viários estaduais e os primeiros trechos de rodovias federais estabelecidos durante a construção de Brasília. Em conjunto, essa fase de abordagem das terras baixas florestadas da Amazônia constituiu-se em um assalto generalizado aos solos florestais da grande periferia meridional da natureza amazônica. Iniciava-se pelas bordas das grandes matas - em setores de biodiversidade regional pouco estudada - uma predação irreversível da fitomassa peri-amazônica, envolvendo uma inimaginável perda das diversidades biológicas regionais.

A partir da construção de Brasília - nos últimos anos da década de 50 e primeiros tempos da década de 60 - iniciou-se a era dos grandes eixos viários que penetraram fundo ou até então praticamente intocado coração das selvas. A primeira rodovia implantada - a chamada Belém-Brasília - com mais de 2.500 quilômetros de extensão, cortou 600 quilômetros de matas entre Imperatriz e Santa Maria do Pará (Bragantina). Foi a primeira e talvez a mais justificável das rodovias amazônicas; já que pretendia interligar o Centro-Sul com o mais importante núcleo urbano da porção atlântica do grande Norte brasileiro (Belém do Pará). Iniciava-se, também, com esta rodovia, a mais rápida e sistemática devastação da floresta amazônica, sob o formato de longos corredores de supressão de matas. Na somatória das áreas onde foram eliminadas florestas na Amazônia, esse modelo em "corredor" de devastação, tornou-se o grande aliado da expansão da fronteira fundiária, e, ao mesmo tempo o implacável inimigo da preservação da biodiversidade de nossas florestas tropicais úmidas. Inaugurado pela Belém-Brasília, o modelo se projetou para todos os eixos viários que se sucederam a partir dos anos 60: a Transamazônica, a Cuiabá-Porto Velho, a Porto Velho-Rio Branco, a Porto Velho-Manaus, com interligação para Santarém, a Rio Branco-Brasília-Assis Brasil, a Rio Branco-Cruzeiro do Sul, a Manaus-Caracarái/Mucajaí, em direção a Boa Vista e BV 8, os trechos inacabados da Perimetral Norte. Para não falar nas estradas estaduais de menor extensão e igual força predatória, ou nas interligações tornadas indispensáveis, nas rodovias de serviços paralelas a trechos da estrada de ferro, nos caminhos vicinais das áreas de colonização (privadas ou oficiais), ou nas faixas devastadas dos linhões de transmissão energética. Não há como comparar o volume de devastação feito a partir dessa rede de eixos viários instalados ou em instalação com o reduzido impacto devastador do antigo sistema de roças e de seringais, instalados a partir da beira-rio ou dos baixos vales de rios afluentes, igarapés, furos e paranás-mirim. As "colocações" dos seringueiros

eram verdadeiros pontos humanizados ao longo de grandes extensões de matas contínuas. A sangria das seringueiras não quebrava nada da biodiversidade in situ da grande floresta regional. Identicamente, as áreas de agricultura itinerante existentes ao longo da Bragantina e no entorno de Belém, entre 10 e 150 Km de raio, não contribuíram para um cenário de terra arrasada; pelo contrário, representaram uma forma de manejo capaz de manter o máximo de biodiversidade possível, através do retorno escalonado de uma vegetação secundária, diversa e heterogênea.

Além da devastação produzida a partir da faixa de contacto cerrado-mata na direção do interior da Amazônia, e, além dos processos de supressão de matas ao longo dos extensos eixos viários, ocorrem duas outras modalidades extremamente agressivas, ainda que muito diferentes entre si: a exploração madeireira dita seletiva e os diversos tipos de desmatamentos efetuados a partir da beira-rio e beira igarapé.

Depois da feitura da nova Constituição brasileira cessaram os desmatamentos acelerados e as queimadas gigantescas na Amazônia. Os indignados de ontem, e os que tinham receios de devassas sobre as formas de apossamento e grilagem das terras incorporadas ao seu patrimônio (e, que, sobretudo, temiam a adoção dos princípios de uma reforma agrária de qualquer tipo passaram a tirar proveito da riqueza intrínseca da própria floresta. Descobriu-se que era mais fácil justificar a exploração "catada" de alguns componentes das matas amazônicas do que continuar alimentando queimadas para pressionar governantes e constituintes. Substitui-se o termo popular de "floresta catada" pela expressão sofisticada de "exploração seletiva" e, na base do uso de uma mão-de-obra braçal dócil e pouco exigente, passou-se a ganhar dinheiro e acumular fortunas e poder, pela exploração direta de algumas espécies arbóreas, de madeira nobre, existente no interior das grandes matas regionais. Dessa forma, depois do ciclo das grandes queimadas sobreveio o atual ciclo da exploração dita seletiva. Em termos de perdas em relação à biodiversidade este ciclo é altamente predatório: afeta sobretudo um leque de 20 a 100 espécies arbóreas, em agrupamentos variáveis de região para região no interior da Amazônia; pressupõe aberturas e desmates sinuosos para a entrada de caminhões de transporte; não obedecem a qualquer planejamento em forma de rodízio; penetra desigualmente no interior de grandes glebas recobertas por matas primárias; elimina grande parte da biodiversidade animal das regiões onde operam; não obedecem a qualquer postura legal de reposição planejada de espécies nas áreas devassadas; e, por fim, junto com a selvageria do processo de corte de alguns gigantes arbóreas da floresta amazônica contribuem para alterar a funcionalidade dos ecossistemas florestais, redundando na extinção de um número agragado de muitas outras espécies vegetais relacionadas intimamente com a evolução integrada da vegetação tropical. Em contrapartida, a fiscalização das áreas de exploração seletiva da madeira é quase impossível no terreno; sendo que a observação indireta, por sensoriamento remoto, não atingiu ao ponto de produzir imagens capazes de indicar a marcha predatória

efetiva, existente no bojo desse selvagem processo de exploração madeireira, social e ecologicamente improdutivo.

Tem ocorrido, nos últimos anos, a partir de 1987, um aumento impressionante de pedidos de autorização para a exploração seletiva de madeira na Amazônia. Aos quais se somam uma contrapartida ilegal de frentes de exploração por catagem de espécies nobres da floresta, quase que por toda a parte dos grandes espaços ainda florestados da região, em número maior do que os das solicitações supostamente legais. Ninguém se dá conta de que, esse processo predatório atinge árvores que levaram dezenas e dezenas de anos para crescer numa competição ecológica sem paralelo na história da vida na face da terra. O corte seletivo vem atingindo indivíduos florestais com idades variando entre 70 e 130 anos de crescimento, aos quais se acrescentam gigantescos exemplares com idades variando entre 200 e 370 anos. A maior parte delas vulneráveis ao empurrão de tratores devido sua estrutura radicular, onde as raízes de crescimento lateral predominam largamente sobre as poucas e frágeis raízes pivotantes. E, onde o trator não pôde entrar, ou não investiu recursos para sua aquisição, as moto-serras executam o corte raso em poucas horas. Para benefício e glória dos especuladores do comércio de madeiras tropicais, residentes nas mais diversas partes do mundo, que residem temporariamente em Belém ou Manaus, participando do grande saque sem retorno social e baixo nível de economicidade para o país e a região. Destrói-se em poucas horas o que a natureza amazônica custou centenas de anos para produzir. E, quando as florestas de uma gleba ou região não puderem ofertar mais indivíduos maduros e de economicidade garantida, sempre haverá a oportunidade de cortar toda a fitomassa restante para produzir espaços para agropecuárias de fachada, ou, terrenos partilháveis, destinados a especuladores fundiários, sob o rótulo elástico do termo "colonização".

A ocupação e o uso do espaço a partir da beira-rio, na Amazônia, tem sofrido mudanças negativas, em muitas áreas da região. outrora, a partir dos meados do século XIX, existiam apenas dois modelos de exploração, com base no extrativismo, ao longo de todas as beiradas dos cursos d'água regionais. De um lado, o modelo dos seringais, sob a forma de uma fazenda das selvas, voltada apenas ao extrativismo vegetal, e com base no trabalho semi-escravizante de uma mão-de-obra de origem cabocla ou índia. Ancilarmente, a presença de coletores independentes, representados por "beiradeiros" auto-suficientes, baseados quase exclusivamente na pesca e na coleta, e, eventualmente, na caça.

Uma réplica das comunidades indígenas, de herança linguística portuguesa, religiosidade cristã adaptada às circunstâncias de sua marginalidade, e forte vinculação ecológica ao mundo das águas e às múltiplas riquezas da floresta. O seringal, por razões óbvias, valoriza a floresta ao máximo do possível. Onde quer que existissem agrupamentos mais densos de seringueiras - as chamadas "reboleiras" de seringas - ali havia lugar para a instalação de uma fazenda das selvas, baseada na sangria das árvores da borracha, por uma mão-de-obra ingênua e em geral pouco exigente, provinda de distantes sertões, climática e ecologicamente diferentes. Uma pequena clareira na beira alta ou terraço do rio, um barracão de apoio mínimo ao abastecimento dos seringueiros, para seu trabalho e sobrevivência, algumas casas de agregados mais diretos, e logo a boca das trilhas na floresta, para o duro cotidiano da sangria das seringueiras e coleta do látex.

A área devastada, somando o sítio da sede do seringal e o conjunto das "colocações" de seringueiros (espécie de "retiros" operacionais da fazenda constituída pelo seringal), não perfazia nem 1% da gleba florestada. Atingia, quando muito alguns centésimos por cento do espaço do total da vegetação primária dos seringais.

Por outro lado, raramente se podia identificar perdas da biodiversidade in situ, no domínio dos antigos seringais.

Para atender a um país de dimensões continentais, dotado de grandes e sutis diferenças regionais, defendemos a idéia de realizar zoneamentos ecológico-econômicos adaptados às especificidades de cada uma das grandes regiões que formam o universo territorial do país. É fácil compreender que é impossível fixar diretrizes e critérios idênticos para a extensão administrativa e o desenvolvimento harmônico econômico e social de regiões naturais e culturais tão diversas quanto a Amazônia, o Nordeste Seco, o Pantanal, o grande domínio dos cerrados (CW), o Brasil Leste-sudeste, a zona costeira atlântica do país, o sul do Brasil, São Paulo e o Norte do Paraná.

Em qualquer hipótese, há que possuir um bom conhecimento dos fatores de diferenciação regional, sob critérios múltiplos: um critério fisiográfico ecológico que envolva os diversos domínios de natureza do país; um critério de posição geográfica dos grandes espaços regionais, através do qual se possa caracterizar as formas de participação e de relacionamento entre as áreas econômicas nucleares e as extensas margens, que funcionam como periferias do mundo ocidental, em ritmo descompassado e sob a pressão de numerosos obstáculos e conflitos; e, por fim, um critério múltiplo, de aperfeiçoamento gradual, em que as diferentes áreas ou grandes células espaciais do país sejam vistas como tipos de espaços geográficos integrados, peculiares ao espectro regional dos territórios que compõem os grandes países do Terceiro Mundo. Na base dessas tipologias paralelas de espaços, pode-se atingir um quadro mais realista e dinâmica da verdadeira situação em que se encontram as populações residentes, em cada sub-área do espaço total. É possível que através da utilização de algumas variações nos feixes de critérios e nos módulos espaciais se possa estabelecer um mosaico de referências fisiográfica-ecológico, suficiente para mostrar comparativamente os diferentes níveis de infra-estruturação regionais. Mesmo assim, para regiões tais como a Amazônia, o Nordeste Seco e o Pantanal Matogrossense, onde o nível de infra-estruturas instaladas é extremamente desigual face às regiões de organização mais complexa, e altamente agressivo e distorcivo, os critérios convencionais de macro-zoneamento conservam valor muito duvidoso. Realizar um zoneamento agro-ecológico das áreas dotadas de grande densidade e sobreposição de infra-estruturas é uma tarefa simples e válida; tentar aplicar o mesmo critério para uma imensa região de difícil resposta ecológica para a agricultura convencional e rotineira, em um quadro regional que exigiria dantescas supressões de florestas, no contexto históricos e cultural do fim do século XX, seria um ato de total insanidade. Nem ao mundo civilizado, e muito menos ao Brasil - através de sua principal massa crítica - interessa construir documentos agro-ecológicos capazes de validar as ações integradas de barbarismos contra os últimos espaços de florestas tropicais vulneráveis que restaram no planeta Terra.

A despeito dos reacionários que teimam em reconhecer nos ecologistas mais preparados do país o fantasma de um novo tipo de guerrilheiros culturais a serem perseguidos repressivamente pelo Estado brasileiro, nunca mais será possível impunemente a continuação acelerada e selvagem do desmatamento da Amazônia.

Por todas essas razões e, após uma sistemática e persistente busca de uma solução alternativa para o macro-zoneamento da Amazônia, optamos por uma setorização regional que propicie diagnósticos a dois tempos suficientes para a identificação dos principais problemas emergentes que afetam o homem e a sociedade em cada uma de suas parcelas. Acima de tudo, o método preconizado visa perceber o teor e a ordem de complexidade das interferências de atividades econômicas e grandes projetos incluindo o papel das tecnologias "duras" - sobre o espaço de vida das populações tradicionais. Da mesma forma em que procura compreender as relações e conflitos entre os grupos humanos recém-chegados (estimulados por um aliciamento que varia de grau entre o ingênuo e o criminoso), provenientes das mais diversas áreas culturais e sócio-econômicas do país.

Predações sucessivas para pastagens também impedem a retomada da vegetação florestal, mesmo que os pastos sejam desativados ou abandonados. O roteiro da devastação, no caso, é bem conhecido: primeiramente, derrubadas extensivas; depois, queimadas, acompanhadas de um a dois anos de cultivos anuais descontínuos; e, por fim, pastos ao longo de quase todos os espaços onde a floresta foi eliminada. Por três a cinco anos, algum rendimento do pastejo, em termos de cabeças por hectare, e, logo, após 10/11 anos, uma perda progressiva e irrecuperável da fertilidade até mesmo para a manutenção das pastagens. A baixa rentabilidade e os prejuízos acumulados da pecuária desenvolvida no coração das selvas ocasionam retrações na manutenção dos pastos: ervas daninhas alastram-se pelas quadras e pastagens mal conservadas. Oito ou dez anos de grossas chuvas sobre solos mal cobertos de vegetação, através de um escoamento superficial rápido e ativo. Contribuem para uma vigorosa dessolagem, que se traduz por uma remoção de partículas argilosas e sais minerais, com residualização extensiva de areias muito finas (siltes). Estabelece-se, desta forma processo de savanização - temporário ou demorado - dos antigos espaços florestados. Por um tempo difícil de se avaliar a biodiversidade fica bloqueada e impedida de se restabelecer nos espaços um dia utilizados para pastagens.

Face a tais acontecimentos desastrosos haveria que descobrir modelos a um tempo auto-sustentáveis, ecologicamente falando, e suficientemente rentáveis para serem adotados por proprietários e grupos econômicos, em geral comodistas e displicentes. Há que limitar os espaços de supressão de florestas, reutilizar convenientemente os espaços já agredidos e predados; evitar o uso de defensivos agrícolas, manter pastos de boa qualidade no meio das grandes clareiras abertas inconsequentemente, diversificar culturas arbóreas nas áreas desmatadas, deixar crescer as florestas beiradeiras, re-enriquecendo-as com palmáceas comestíveis (assaí, pupunha) e oleginosas, e, finalmente, experimentar cultivos sombreados na borda das matas remanescentes (cacau, frutíferas).

Tem sido igualmente difícil a re-introdução de espécies nativas como também a introdução de espécies alienígenas de crescimento rápido, em terras sujeitas a diferentes tipos de degradação no interior da Amazônia. Os solos degradados e as altas temperaturas das áreas de chão desnudo (ou quase desnudos) dificultam o crescimento de seringais plantados. Os bosques de heveas, implantados em setores de terrenos degradados, à certa altura de seu crescimento tornam-se vulneráveis a certas patologias de incidência habitual na região, vista como um todo. Por extensas áreas de grande vulnerabilidade e baixa fertilidade e um mundo orgânico e micro-orgânico de atuação múltipla (insetos, vírus, arbovírus, fungos e bactérias), ocorrem dificuldades insuperáveis para a implantação de uma silvicultura racional e rentável, tanto em áreas já degradadas como em glebas recentemente desmatadas para experiências de florestamento.

Um dos grandes paradoxos das terras amazônicas - onde se desenvolvem a maior e mais contínua área de florestas tropicais acontecida nos últimos 12.000 anos da história física e biótica da face da Terra - é a sua baixa vocação para a silvicultura.

O crescimento da grande floresta processou-se, ao que tudo indica, por múltiplas expansões laterais, após ao advento e generalização dos climas tropicais úmidos, e a partir de diversas áreas de "refúgios". Teria acontecido nos dez últimos milênios uma espécie de adensamento generalizado por sobre espaços anteriormente ocupados por cerrados, cerradões e eventuais caatingas. A mudança climática na direção de climas mais úmidos e menos sazonários tornou possível a geração de novas condições de solos, em interação direta com a dinâmica de re-expansão das florestas. Ocorreu um processo de expansionismo florestal a partir de um esquema similar a de numerosas "manchas de óleo" que se interconectam e entram em coalescência generalizada. É fácil saber que as mais recentes faixas de florestas estabelecidas foram as matas beiradeiras das planícies de inundação regionais, as matas das "ilhas" do Golfão Marajoara, e os interfaces de florestas de várzeas capazes de conviver com duradouras lâminas d'água sem apodrecimento de suas raízes: as matas de igapós. O fato principal a se salientar é que, através desses processos de expansão e generalização de florestas, pelo espaço total da Amazônia Brasileira, 94% das terras firmes regionais (tabuleiros, baixos platôs, baixos chapadões e eventuais "serrinhas") foram totalmente revestidas por grandes matas, que comportam sutis diferenças de padrão e composição, e pouca diferenciação de funcionalidade. Por oposição a esses ecossistemas florestais da "terra firme", nos terrenos aluviais de formação mais recentes (5000 - 6000 anos antes do presente), ocorrem florestas mais diferenciadas e especializadas, aptas a conviver com terrenos aluviais, inundações anuais ou periódicas, ou bolsões d'água de maior duração sobre o terreno, perfazendo uma somatória de 2 a 3% do espaço amazônico. O percentual restante envolve a somatória das águas: rios, igarapés, lagos de várzeas, lagos de "terra

firme", estuários e baías; e, por parte, a somatória, dos campos submersíveis (Marajó, Baixada Maranhense), campos de várzeas e diferentes tipos de campinas; estas últimas, ilhadas na imensidão das "terras firmes"; e, por fim, os pequenos ou médios enclaves de cerrados.

A despeito de toda vocação natural para o estabelecimento espontâneo de florestas tropicais, a região apresenta respostas muito limitadas para atividades de exploração madeireira e experiências silviculturais. A heterogeneidade da floresta, as grandes distâncias para o transporte da madeira, o imenso volteado dos rios meândricos, dificultaram a progressão das atividades madeireiras. O baixo custo da mão-de-obra, a busca desesperada por emprego num país de salários aviltados, a invenção e generalização do uso da moto-serra, e a ganância sem limites dos especuladores e exportadores, acelerou o processo de exploração seletiva e predatória das florestas amazônicas. As rodovias recentemente implantadas funcionaram como caminhos efetivos da devastação, substituindo em grande parte o uso dos rios para o transporte de taras usurpadas do patrimônio ecológico regional.

Para fins de exploração seletiva, a floresta amazônica apresenta entraves imprevistos. É necessário, a partir de rodovias ou caminhos vicinais, penetrar fundo no interior da mata para encontrar exemplares espaçados de árvores dotadas de árvores dotadas de madeira de lei. Os zig-zags dos caminhos e trilhas rústicas para o ingresso de tratores e caminhões; as résteas de desmate entrecruzadas no meio da floresta, e a predação operacional efetuada em extensos tratos de terra outrora coberta cobertos por densas matas, constituem-se em uma verdadeira cadeia de processos de degradação das florestas regionais. Um processo multi-abrangente que empobrece os solos, provoca a extinção de espécies vegetais e animais, e elimina árvores que levaram de 70 a 120 até 230 e 270 anos, para crescer no entremeio do ambiente cálido e úmido da floresta.

Enfim, um tipo de agressão grosseiro e descuidado que, na pior das hipóteses, é o caminho direto para a devastação de enormes extensões da floresta tropical. Tudo isso, para que alguém, em qualquer parte do mundo, tenha janelas e esquadrias de mogno, castanheira ou massaranduba, e, para que os comerciantes sorridentes transitem entre Manaus, Belém e a Europa Ocidental, ou o Oriente, frequentando e participando dos melhores ambientes que o mundo burguês pôde estabelecer.

Por extensas áreas da Amazônia - avaliadas em mais de 70% do seu espaço total florestado - quando se eliminava a cobertura florestal, sem maior cuidado, retornam capoeiras homogêneas de embaúbas, as quais impedem o desenvolvimento de uma vegetação secundária biodiversa. Somente 7 ou 8 anos depois, caso não se faça nenhum tipo de manejo agrícola, espécies arbóreas de crescimento mais rápido rompem o dossel dos embaúbas, e re-estabelecem uma certa biodiversidade. Se fosse possível isolar áreas degradadas, destituídas de qualquer utilização econômica, por espaços de tempo equivalentes a 70 ou 100 anos, talvez houvesse um bom retorno da floresta amazônica, em capoeirões densos e biodiversos.

O retorno de uma vegetação secundária de estrutura e composição heterogênea somente tem sido observado em áreas dotadas de 2.500 a 3.500 mm de precipitações anuais, sem estação seca definida, baixa amplitude térmica, sem limitações drásticas de solos: caso da região bragantina, no Nordeste do Pará. Nestas circunstâncias, acrescidas de um manejo ecologicamente auto-sustentável (ainda que economicamente de baixa rentabilidade), a reconstrução da biodiversidade, a nível do quase ótimo, parece garantida. Infelizmente, não é em toda a parte da Amazônia que ocorrem tais condicionamentos ecológicos, sociais e agrárias.

Pelo contrário, por grandes extensões da região predominam condições que favorecem uma fase de vegetação secundária, baseada na proliferação extensiva dos embaubais, os quais por muito tempo abafam a re-expansão da biodiversidade.

Nas diretrizes para a seleção de espaços prioritários para reflorestamento ou florestamento estabelecidos no Projeto FLORAM - a região amazônica por razões óbvias, em sua grande maior parte, foi excluída. Ainda que tenha recebido indicações para introdução ou re-introdução de espécies em áreas específicas, sujeitas à predações agressivas, sob condições de total irreversibilidade. Estão nesse caso: as áreas devastadas da periferia sul-ocidental da Amazônia; a faixa Carajás-São Luiz sujeita a desmatamentos generalizados e economicamente inócuos, sobretudo aquelas do planalto maranhense, entre Pequiá e Nova Vida; e, alguns setores de campos, cerrados, dotados de solos muito pobres, existentes na metade sul do estado do Amapá. Incluem-se ainda, na mina do reflorestamento acoplado com a revitalização agrária, a introdução de culturas permanentes arbóreas, em trechos já desmatados e mal aproveitados de propriedades agrícolas regionais.

As precauções tomadas no projeto FLORAM para a região amazônica tinham várias razões de ser. Sabia-se, de antemão, que qualquer incentivo ao reflorestamento - entendido na sua variável "florestamento" - iria deslanchar numerosas investidas para a supressão de espaços florestados de alto nível de biodiversidade. Não era lógico ou racional propor eliminações de postas de florestas para depois "florestar" com espécies de crescimento rápido, em geral e alienígenas. Em outras palavras, o catastrófico caso do Projeto Jarí - primeira fase deveria ficar cingido a ele próprio, não podendo, em hipótese alguma, servir de modelo para nada, no conjunto da Amazônia.

Desde o início, baseado nesses princípios, o projeto FLORAM insistiu na necessidade de "proibir por todos os meios, qualquer devastação de grandes glebas amazônicas para posterior implantação de reflorestamento de espécies alienígenas". Mesmo porque a somatória das áreas já desmatadas, existentes nos mais diferentes setores da Amazônia, é suficiente para receber sub-projetos de florestamento para fins energéticos, produção de madeira, castanhas plantados, cacau sombreado ou não, guaraná, dendê, fruticultura tropical, além de pastagens melhoradas.

Não há como repetir ou incentivar esquemas de utilização predatória do tipo do Projeto Jarí, onde o milionário Ludwig pretendeu desmatar imensas áreas, com muita tolerância e incentivos iniciais do governo brasileiro. No entanto, o empreendimento sofreu grandes fracassos, por anos seguidos, devido a resposta negativa das condicionantes ecológicas à implantação de florestas homogêneas de gmelina. Tratava-se de um "enclave" territorial, com 5.700 quilômetros quadrados de área, tendente a abranger um espaço total de 20.000 quilômetros quadrados, um setor da zona de quedas norte-amazônicas, e um conjunto de infra-estruturas correspondente a um pequeno país (aeroporto internacional, ponto independente, rede viária e administração próprias). Enfim, um pequeno país, engastado no baixo Jarí, a oeste do Amapá, com acesso direto ao Atlântico, através da boca norte do rio Amazonas, em uma situação verdadeiramente estratégica.

Nas terras do Jarí a gmelina só se desenvolveu razoavelmente quando a somatória dos fracassos já ia longe e, por mero acaso, descobriu-se uma mancha de terras roxas, desenvolvida em um afloramento circunscrito de rochas básicas. Mas, ninguém quis dizer que, ali onde foram descobertas pequenas extensões de terras roxas poderia existir um aproveitamento mais rendoso e socialmente útil, relacionado com atividades agrárias, produtoras de alimentos. Não era necessário e obrigatório que ocorresse uma silvicultura numa das poucas manchas de solos naturalmente férteis de toda a região. Pelo contrário, atividades agrícolas, sob planejamento e manejo adequados, seriam mais rentáveis para uma ocupação circunscrita à área de terras roxas. Sem falar que, assim se evitava os impactos negativos dos bolsões de pobreza, simbolizados pelos "beiradões" e "beiradinhas", gerados à sombra do Projeto Jarí.

Foram tantas as conflitações e contradições do Projeto, que afinal, já em sua fase de recuperação e re-direcionamento, a empresa estrangeira viu-se coagida a vender, seu patrimônio fundiário e patrimônio implantado, a um "pool" de empresários e banqueiros brasileiros, com uma grande colaboração e investimentos "de risco" do próprio governo. Como sempre, o contribuinte pagou, direta ou indiretamente, parte das falácias do desenvolvimentismo a qualquer custo.

Evitando falar em florestamento para o imenso domínio das terras amazônicas, onde milagrosamente restaram as maiores e mais contínuas massas de florestas pluviais da face da terra, o Projeto FLORAM, mesmo assim, abriu áreas de excessão dentro do grande norte brasileiro, para fins de reflorestamento / florestamento:

- na faixa Carajás-São Luiz, em setores degradados existentes nas terras planáticas atravessadas pela ferrovia de Carajás. Para essa área, o Projeto indica florestas energéticas e florestas produtivas, com espécies de crescimento rápido, endereçadas sobretudo para o setor do Planalto Maranhense que se estende de Pequiá/Açailândia até Nova Vida e proximidades de Buriticupu (em terras degradadas, por desmates e queimadas);

- na periferia S e SW da Amazônia, em áreas de devastação caótica e incontrolada, correspondente ao sul do Pará, norte de Mato Grosso e partes de Rondônia. Para essa enorme faixa peri-amazônica indicam-se processos de reflorestamento híbridos, envolvendo esforços para a reconstrução de florestas nativas na beira de rios e igarapés, incentivos para o crescimento de capoeiras ou implantação de bosques biodiversos em interflúvios e cabeceiras de rios e igarapés, e ,plantação de florestas produtivas e energéticas em áreas degradadas, dotadas de solos pobres. Indica-se, ainda, a implantação de bosques e maciços florestais de madeira de lei para obter economicidade em setores e glebas dotadas de condições favoráveis para tais iniciativas

silviculturais. Em qualquer hipótese, as áreas intra-glebas a serem utilizadas para o plantio de florestas produtivas, com espécies de crescimento rápido, podem ultrapassar o nível de 30% intra-gleba - as fazendas regionais devendo acoplar silvicultura, preservação da biodiversidade in situ, fruticultura e agricultura tropicais e pastagens reduzidas para gado de corte, e eventualmente gado leiteiro;

- realizar experiências e multiplicar florestamentos, com espécies de crescimento rápido nos campos cerrados "sub-standarts" (naturalmente degradados) do Amapá, ao longo da faixa Porto Santana-Porto Platon. Trata-se de uma das áreas de solos mais problemáticos da Amazônia, devido a particularidades da estrutura superficial da paisagem na região. Paradoxalmente, porém a área dos campos regionais é uma dos setores quentes e úmidos mais chuvosos do país. O sucesso do florestamento conseguido nos arredores de Porto Platon - área de mosaico campo-mata - autoriza a pensar em experiências silviculturais em solos pobres, existentes ao sul daquela localidade. Não existem outras alternativas para uma utilização, ainda que parcial, da área dos campos do Amapá. As potencialidades para uma silvicultura racional na região estão baseadas sobretudo no quantum de precipitações anuais recebida, umidade do ar, e no reduzido espaço de tempo da estiagem, fixada em torno de um e meio a dois meses por ano, entre setembro e novembro.

Afora estas sub-áreas, capazes de ofertar condições para a implantação de florestas híbridas e produtivas, ocorrem numerosas outras pequenas áreas, fortemente descontínuas, onde foram abertos sub-espacos para pastagens, que podem e devem ser aproveitados para a introdução de bosques de espécies arbóreas. Insistimos na diversificação das experiências de implantação de culturas arbóreas em parte dos setores já desmatados da maior parte das glebas rurais da Amazônia, centrando nossas preferências na fruticultura tropical (castanha, guaraná, pupunha, assaí) e oleaginosas de comprovado valor econômico (dendê, por exemplo). Sem perder de vista, jamais, a possibilidade de novas plantações de seringueiras, após investigações biotecnológicas corretas e bem sucedidas.

Em qualquer hipótese, no interior dos 400.000 quilômetros quadrados de área devastada da Amazônia (num espaço equivalente a quase duas vezes ao Estado de São Paulo) existem condições para um revolucionário conjunto de modelos de desenvolvimento agro-silvo-pastoril, sem necessidade de se eliminar maior volume das florestas em pé e sem maior perda da biodiversidade in situ.

das áreas indígenas	Preservação da seriedade das áreas e das terras	Preservação das populações tradicionais	Preservação do uso comunitário das igarapés, trilhas e pontos	Localizações	Tempo para organização dos espaços liberáveis	Processos de CONTROLE, AVALIAÇÃO MONITORAMENTO - Revisão de planos
Proibida qualquer interferência em áreas de reservas indígenas	Proibido uso de produtos químicos e agrotóxicos.	Beiradões Seringueiros. Castanheiros	"Estradas vicinais"	<p>Glebas até 15 Km em relação a pequenos centros urbanos (ou) até 25 Km centros maiores</p> <p>Válido para glebas situadas até 50 Km de cidades de porte médio ou grande</p> <p>Glebas situadas ao longo ou em cruzamento de rodovias, a mais de 50 Km de centros pequenos ou médios.</p> <p>Glebas ilhadas no interior das selvas, não indutores de desmatamento</p> <p>Idem. Idem. Florestamento obrigatório de áreas degradadas</p> <p>Idem. Idem.</p> <p>Idem.</p> <p>Idem. Idem</p> <p>Idem. Idem</p> <p>Idem</p>	<p>Monitoramento da situação regional, de 3 em 3 anos</p> <p>Proibido o desmate da área liberável para atividades agrícolas, de uma só vez.</p> <p>Prioridade para a exploração experimental progressiva, sob controle de dois em dois anos.</p> <p>Cuidados especiais com os núcleos e aldeias de apoio, através visitas técnicas frequentes.</p> <p>Atenção especial para as relações de trabalho.</p> <p>Controle permanente do estoque florestal nativo, do sistema de exploração seletiva de madeira, do programa agropecuário, das relações de trabalho, situação social e saúde da população envolvida. Extensão administrativa para o Estado.</p>	<p>Visitas técnicas periódicas [Casas da lavoura, ou similares]. Assessor.</p> <p>Idem. Casas da lavoura. Órgãos municipais (ou) de distritos administrativos. Assessoramento</p> <p>Controle por Casas da lavoura (e) similares. Assessoramento da INCRA/EMBRAPA/IBAMA</p> <p>Controle por órgãos técnicos estaduais e federais. Assessor. da EMBRAPA/IBAMA</p> <p>Idem. Idem.</p> <p>Idem. Idem. Compensações para o Município. Controle agrário, social e ambiental rigoroso</p> <p>Controle múltiplo por todos os órgãos envolvidos do Estado, a níveis estaduais e municipais. Compensações p/ Município</p> <p>Controle rígido por todos os órgãos estaduais e municipais. Compensações para os municípios.</p> <p>Doações obrigatórias de parcelas para este de pequenos cidades, desligadas do controle da empresa.</p> <p>Criação de pequenas glebas no entorno dos núcleos urbanos (4 a 5 hectares) Os enclaves mal administrados ficam permanentemente sujeitos a desapropriações ou instrumentos afins.</p>

<u>TIPO DE PROPRIEDADE</u>	<u>TAMANHO DA GLECHA</u> - em hectares -	<u>ÁREA liberável para implantações agrícolas</u>	<u>ÁREA de reserva para exploração seletiva de madeira EM RODÍZIO</u>	<u>ÁREA para "bloca" culturas sombreadas</u>	<u>ATIVIDADES PRIORITÁRIAS</u>
Sítios peri-urbanos produtivos. - Minifúndios. - Pequenas propriedades	1 a 10 ↓ 10 a 50	30 % 1 25 %	25 anos —		Horticultura / Agricultura promissora. Ucaí. Cupuaçu. Fruticultura tropical. Mandioca. Jataí. Pimenta. Cana. Gado leiteiro.
Grandes sítios Médias Propriedades [Em áreas de colonização ex. n.º 0]	50 a 100 ↓ 100 a 200	20 % 1 15 %	—		Fruticultura tropical. Ucaí. Cupuaçu. Pimenta. Jataí. Castanhas plantados. Guaraná. Cacaú. Cana. Mandioca.
Fazendas [De médio-pequenas a médias] Módulo Ideal	200 a 1000 ↓ 1000 a 2000	12 % 1 10 %	— —	5 % 5 %	Idem. Idem. Módulo agro-pastoril Culturas sombreadas. Cacaú. Guaraná. Dendê.
FAZENDAS AMAZÔNICAS [De médio-grandes a grandes]	2000 a 5.000 5.000 a 10.000 10.000 a 20.000	9 % 8 % 7 %	— — —	5 % 4 % 3 %	Idem. Idem. Módulo agro-silvo-pastoril. Culturas sombreadas Exploração seletiva de madeira
GRANDES GLEBAS AMAZÔNICAS Latifúndios a serem setorizados e transformados em fazendas ativas	20.000 a 30.000 30.000 a 40.000 40.000 a 50.000	6 % 5 % 4 %	10 %	3 % 2 % 2 %	em rodízio de 25 a 30 anos Idem. Idem. Atividades agro-silvo-pastoril, sob projeto e controle.
LATIFÚNDIOS sob CONTROLE	50.000-100.000 200.000-300.000	3 % 2 %	8 %	2 % 1 %	Idem. Idem Projetos modulados, sob monitoramento permanente.
"ENCLAVES" sob RÍGIDO CONTROLE	300.000 a 500.000 500.000 a 1.000.000	1 % 0,5 %	6 %	0,5 % 0,25 %	Idem. Idem Espaços sob controle total do Estado e conselhos da sociedade civil
"ENCLAVES" sob CONTROLE TOTAL [Anomalia]	Mais de 1.000.000	0,25 %	5 % Em rodízio de 30 anos. Área registrada	0,15 %	Idem. Idem. Idem. Idem Sob rígido controle.

O fracasso das agropecuárias, a expansão do desmatamento e propostas para recuperar a racionalidade

Desde há muitos anos, técnicos e cientistas, do Brasil e do exterior, têm chamado a atenção sobre as dificuldades que os solos e as condições ambientais da Amazônia apresentam para atividades agrícolas rentáveis, minimamente auto-sustentáveis (José Setzer, 19). Coube a Jean Tricart, em memorável conferência realizada na Associação dos Geógrafos Brasileiros, em Belo Horizonte (19), tratar em profundidade a questão das "Limitações ecológicas para a agricultura na Amazônia". Outros pesquisadores sublinharam e detalharam o verdadeiro teor e nível de abrangência de tais dificuldades e limitações (Phillipe Fearnside, em numerosos de seus trabalhos). Alguns agrônomos tropicalistas, ainda que muito criticados, tem se negado a permanecerem em uma atitude intransigentemente pessimista sobre a possibilidade de atividades agrárias em terras amazônicas. Poucos, entretanto, tem contribuído para uma revisão consistente e construtiva das potencialidades agrárias da Amazônia, a nível de todas as suas regiões, levando em conta a necessidade de se manter o máximo das florestas em pé, e, de se adotar modelos específicos para cada tipo de gleba, face ao seu tamanho, ao mosaico interno de condições ecológicas. E, sobretudo, em face dos círculos de economicidade que podem dar sustentação ou não à colocação dos produtos das atividades agrícolas desenvolvidas nos diferentes e dilatados quadrantes que compõem o espaço total da Amazônia Brasileira. Dizer que se possa produzir tal ou tal tipo de café no conjunto da Amazônia, ou que existem condições para plantar dendê em um território de 70.000.000 de hectares na América Tropical, ou que se possa encontrar espaços para enormes plantações de castanheiras produzidas por enxertias, não significa absolutamente nada em termos de factibilidade ou planejamento agrário endereçado para as condições ecológicas e sociais das terras amazônicas. Trata-se de observações tão ignorantes e falaciosas quanto as mais desastrosas e ignorantes propostas de governos demagógicos e assessores leigos desses mesmos governos.

Qualquer proposta de planejamento agrário que implique em desmatamento na Amazônia - através do uso de percentuais limitadores de desmates no interior das glebas - deve ser suficientemente criteriosa para envolver considerações sobre o tamanho das propriedades, etapas operacionais ao longo do tempo, experimentação prévia da resposta ecológica de diferentes terrenos e previsão de impactos físicos, bióticos e sociais das atividades a serem desenvolvidas. Para tanto, levando em consideração as experiências anteriores existentes na região onde se situam as glebas, tendo em vista a adoção de uma correta adequação de manejo e uma realista avaliação de rentabilidade e rápida auto-sustentabilidade econômica. Além do que, o processo deve implicar em um forte esforço de consideração das particularidades que envolvem os ecossistemas naturais e os ecossistemas perturbados existentes na região. Não há como, ao fim do século XX, aceitar propostas empíricas de devassamento territorial que vêm desde o período colonial, ou concordar com práticas agrícolas agressivas utilizadas por oligarquias rurais em antigas áreas florestadas, de solos férteis, do centro-sul brasileiro. E, nem tampouco se iludir com a rentabilidade agrícola de fazendas primitivas estabelecidas em áreas de fortes limitações ecológicas e baixo nível de infra-estruturas instaladas.

Tem sido extremamente difícil fazer entender que no Brasil existiam florestas pluviais sobre solos ricos (planaltos interiores de São Paulo e norte do Paraná) e outras tantas florestas, maiores e mais contínuas, desenvolvidas em solos em geral mais pobres e problemáticos (Amazônia). Há certamente uma grande diferença entre o comportamento das condições ecológicas em uma área de florestas em áreas basálticas decompostas ou arenitos com cimento calcáreo (norte do Paraná, setores do interior de São Paulo), e o mesmo comportamento em relação a uma área florestal tropical que recobre e consegue sobreviver em solos de baixa fertilidade natural e alta sensibilidade ao desmatamento predatório. Na realidade, são totalmente diferentes as chances de utilização ou re-utilização dos solos florestais brasileiros, caso se considere uma área de temperaturas médias girando entre 18 e 21 graus com 1100 a 1300 mm de precipitações, e, uma outra, com temperaturas médias elevadas, de 25 a 26 graus, baixa amplitude térmica e fortes precipitações, variando entre 2000 e 3500 mm. Por outro lado, a combinação regional que envolve tropicalidade, solos férteis e rochas pouco porosas, é certamente muito mais vantajosa do que a combinação de fatos físicos e ecológicos que englobam solos pouco férteis, rochas muito porosas e forte variação do nível do lençol d'água subterrânea em áreas desmatadas. Nem mesmo a vantagem de possuir terras firmes onduladas - traduzidas por tabuleiros e baixos platôs - consegue compensar a forte combinação de atributos negativos que incidem sobre grandes espaços da Amazônia Brasileira.

A velocidade dos processos de desmatamento na Amazônia e nos planaltos florestados do Brasil Centro-Sul, é outro fato que merece a mais aprofundada reflexão. A supressão da cobertura vegetal biodiversa dos planaltos interiores de São Paulo e norte do Paraná foi gradual e progressiva, através de um século e meio de atividades agrárias (1820 - 1970). Durante esse tempo, por mais de cem anos, jamais se utilizou fertilizantes químicos e agrotóxicos. Os espaços do café e pro-parte da policultura tiveram uma produtividade garantida pela própria fertilidade natural dos solos e pela presença permanente dos trabalhadores rurais e suas famílias no interior das fazendas. Durante esse tempo relativamente longo fez-se um bom aproveitamento agrário de pelo menos 50 ou 60% dos espaços conquistados às florestas e transformados em campos de cultura, por intermédio de fazendas ativas e de rentabilidade garantida.

Certamente ocorreu uma agressão diferencial dos espaços naturais, desde a região acidentada dos morros do Brasil de Sudeste até aos Chapadões interiores de São Paulo e norte do Paraná. Lamentavelmente foram depredadas enormes áreas de ecossistemas florestais do domínio dos morros florestados, desde o vale do Paraíba até o vale do rio Doce, através de processos bem conhecidos - cafezais enfileirados vertente acima e siderurgia para obtenção de ferro gusa à custa de carvão vegetal - que criaram situações quase irreversíveis para reflorestamento ecológico e ou atividades agrárias de maior interesse social e econômico. A "predarização" dos morros para formar pastagens para pecuária leiteira foi mais negativa do que a extensa "predarização" dos chapadões outrora florestados. A agressão terminal das últimas faixas de florestas beiradeiras remanescentes, durante a grande fase de expansão recente dos canaviais, acabou por desperenizar drenagens de riachos e córregos no interior dos espaços de chapadões férteis. Enquanto o uso abusivo de defensivos agrícolas acrescentou poluição e decretou o envenenamento da maior parte das águas correntes, lençóis d'água sub-terrâneos e massas de águas dos múltiplos reservatórios de São Paulo, norte do Paraná, Triângulo Mineiro e sudoeste de Goiás. Os morros ficaram sujeitos a forte erosão laminar dos solos; perderam fertilidade; foram lesionados por boçorocas, ainda que descontinuamente; e, por fim, foram atingidos, em numerosos locais, por deperenização de cabeceiras e bacias de recepção de águas. Os chapadões interiores vêm perdendo solos por erosão laminar; têm recebido manejo agrícola mais adequado; mas passaram a ser dependentes de fertilizantes químicos e sujeitos a exageradas cargas de agrotóxicos; e, por fim, tiveram suas águas de superfície e subterrâneas extensivamente envenenadas. Ao ponto de não se poder abrir uma cacimba para obter água de beber em vastos setores dos campos cultivados com cana-de-açúcar ou soja.

Na Amazônia os processos de degradação são mais sutis, menos transparentes, porém não menos perigosos, sobretudo para os desatinos das populações tradicionais. O uso de fertilizantes

químicos ou agrotóxicos equivaleria a um genocídio coletivo de quatro a cinco milhões de habitantes da beira de rios e igarapés: índios, seringueiros e beiradeiros. Por sua vez, o desmatamento de grande porte sem qualquer plano e fluxograma de manejo, provoca uma residualização dos solos superficiais, com evacuação e ou entranhamento de argilas e ampliação de um horizonte de areias muito finas, equivalente ao diâmetro dos siltes. Daí, porque, já se disse que a continuar os processos predatórios, com grandes desmatamentos para feitura de pastagens, a região amazônica tenderia a se transformar em um "mar de siltes", envolvendo um descomunal empobrecimento de solos.

Enquanto no centro-sul foram decorridos 150 anos para eliminar 250.000 quilômetros quadrados de florestas tropicais de planalto, num processo acompanhado pari-passu pela implantação de infra-estruturas modernizantes, na Amazônia entre 1965 e 1990 totalizou-se um somatório de devastação equivalente a 400.000 quilômetros quadrados, com forte aceleração de processos migratórios envolvendo componentes da base da sociedade e um baixíssimo nível de desenvolvimento sócio-econômico. A devastação das florestas tropicais do grande norte brasileiro processou-se em uma série de frentes de atividades predatórias, com inusitada rapidez: para garantir a posse da terra e implantar pastagens, através a adoção de um modelo agropecuário cômodo, rotineiro e de baixo custo com a mão-de-obra. Para atingir o critério dos técnicos do governo, em que o "desmatamento era considerado benfeitoria" - o mais insidioso e incrível lema de toda uma geração de energúmenos que girou em torno da SUDAM - deslançou-se uma predação através de frentes simultâneas, de difícil fiscalização e controle. Não chegou a existir frentes pioneiras agrícolas. Não existiu expansão de fronteiras agrárias. Devastou-se, sobretudo, por estratégia de conveniência fundiária. O processo destrutivo caminhou ao longo de todos os eixos viários e suas derivações. Tornou-se particularmente visível nos arredores das grandes e médias cidades, ampliou-se nos entroncamentos de rodovias, internalizou-se em áreas de loteamento em forma de espinhela de peixe (Rondônia; arredores de Tucuruí; na Transamazônica, entre Marabá e Altamira; norte de Mato Grosso). Por razões diversas, atingiu o Baixo Jarí, estendeu-se pela maior parte do corredor Carajás-São Luiz, e afetou os eixos vários de Manaus para Mucajá (RR) e Manaus-Itacoatiara.

Ninguém quis atentar para as limitações que incidiam sobre as atividades agrárias nas clareiras abertas no coração das selvas. Poucas se deram conta do grande drama humano dos homens que emigraram das caatingas e cerrados em direção às terras tropicais úmidas da Amazônia. A princípio, legiões de "machadeiros" utilizados para a destruição percalada das florestas. Depois, os pelotões de operadores de moto-serras para acelerar a derrubada; e, logo, para cortar madeira nobre, destinada a uma exportação que em quase nada favorecia a região e o país. Mais, recentemente, desmates em áreas de acesso difícil, a fim de estabelecer pistas de pouso e acampamentos de agropecuárias, desempregados de todas as procedências; transmudaram-se e aventureiros rústicos dos garimpos. Chegaram jovens e relativamente saudáveis; regressaram envelhecidos e doentes. Outros, chegaram jovens e doentes, transmitiram doenças, morreram solitários e esquecidos. Para descobrir ouro, fizeram "cavas" à retaguarda de matas beiradeiras, empossaram água e envenenaram rios e igarapés com resíduos de mercúrio. Introduzindo-se na intimidade de um ecossistema dominado por insetos, provocaram a revanche dos pequeninos animais, que ao sabor do acaso picaram garimpeiros afetados pela malária e se tornaram os vetores tradicionais para afetar índios e companheiros de trabalho. Os garimpeiros são algumas das melhores pessoas do interior brasileiro, mas os patrões de barrancos e cavas são algumas das pessoas mais autoritárias e reacionárias criadas pelo capitalismo selvagem brasileiro. O mais trágico é que depois de passar pelo garimpo ninguém mais consegue readaptar a atividades agrárias nas pobres terras da Amazônia. Enquanto os desesperados peões demitidos de agropecuárias percorrem "frentes" em busca de novo trabalho, correndo o risco de serem seduzidos pela garmpagem, os garimpeiros já instalados deixam o seu garimpo por doença ou expulsão, buscando logo outros garimpos. Os trabalhadores rurais (peões de fazenda), por outro lado, ficam estigmatizados perante os amazônicos tradicionais, devido ao fato de estarem a serviço de proprietários designados pejorativamente por "paulistas".

O ódio dos nascidos na terra amazônica pelos invasores de seu espaço de vida e sobrevivência é profundo e não removível a curto prazo. Fazendeiros, banqueiros, advogados - gente muito rica, medianamente rica ou em processo de empobrecimento - atirou-se a uma aventura fundiária na Amazônia, visando patrimônio e segurança futuras para seu grupo ou família. Compraram terras tituladas, adquiriram glebas griladas, ampliaram o espaço de sua propriedade para além dos limites legais, abocanharam espaços mal administrados, construíram pistas de pouso em terreno alheio: foram partícipes de falcatruas mil. Não tendo competência ou conhecimento para organizar fazendas ativas no coração das selvas apelaram para o muito cômodo modelo do desmatamento para produzir pastagens. Lotearam pedaços das terras a serem protegidas para fazer dinheiro. Encontraram defensores das classes dominantes que em artigos de fundo os cunharam como heróis da grande cruzada de devassamento da Amazônia. Usando as expressões tais como "devassamento", "frentes pioneiras" e "expansão de fronteiras

agrícolas", tentaram demonstrar uma atitude coletiva de participação no processo de desenvolvimento da Amazônia. Certamente existiu uma pequena parcela de empresários esclarecidos que agiu corretamente e fez extravazar parte dos seus lucros para o campo do social. Em seu conjunto, porém, reunindo a somatória de todos os participantes da chamada ocupação da Amazônia, o resultado de seu trabalho pode ser reconhecido como altamente predatório, empírico e, alguns casos, até criminoso pela violência social deslanchada ou tolerada e pela invasão de terras indígenas e interferências drásticas provocadas à sua cultura e saúde. É compreensível, pois, a aversão que os amazônidas de um modo geral, conservam pelos alienígenas, sem poder distinguir bem sobre sua procedência e intenções.

Uma outra derivada desse sistema de apossamento da Amazônia territorial da Amazônia por grandes proprietários ou poderosas multinacionais, está relacionada com as invasões de posseiros. No seu desespero e insignificância patrimonial, pequenos agricultores sem terra e ex-trabalhadores de agropecuárias invadiram tratos de terrenos aparentemente abandonados à espera de valorização. Nem todos eram agricultores, mas todos, roceiros ou não, tinham consciência do valor patrimonial da terra. E, muitos deles, animados por um tipo de justiça atávica lutaram pelo seu pedaço, enfrentando representantes das classes dominantes, e forjando uma nova aliança dos despossuídos e desprotegidos. A violência rural, instalada nas mais diversas áreas da Amazônia se deve, em grande parte, a este quadro de forças sociais desiguais que interagem na região.

Neste contexto dramático de lutas derivadas da abertura generalizada da Amazônia ao capitalismo nacional e internacional, e às manhas e preferências das classes dominantes, surgiu em terras acreanas uma reação popular inusitada: o "empate". Tratou-se de uma união de seringueiros conscientes, e suas famílias, organizados em campanhas memoráveis para impedir o desmatamento e a transformação de velhos seringais e pastagens. O "empate" era uma forma de estratégia verbal para convencer trabalhadores contratados para destruir as florestas, a não efetivar sua missão.

Era o resultado de uma nova consciência a um tempo ecológica e social através da qual se tentava defender a floresta que era uma espécie de santuário de riquezas para a vida e sobrevivência de seringueiros e castanheiros. "Não se pode deixar destruir aquela herança da natureza que possibilitou trabalho e recursos para a vida de gerações de seringueiros": diziam as lideranças dos seringueiros acreanos.

Para evitar uma excessiva fragmentação do continuum florestal da Amazônia, conservar o máximo da biodiversidade *in situ* e privilegiar modelos e padrões de uso econômico e social auto-sustentado, defendemos uma política de estratégias inteligentes para gerenciar e monitorar a ocupação contida e consolidar a vida agrária regional. Impõe-se algumas linhas de limitações válidas para a região como um todo, ao par com diretrizes e propostas específicas para cada uma das células espaciais identificadas no interior das terras amazônicas; e, por fim, considerações sobre o tamanho das propriedades, percentual de áreas liberáveis para a supressão de trechos de matas em cada ordem de grandeza das glebas, círculos de economicidade que podem garantir ou não a rentabilidade econômica das atividades agrárias, dimensão de tempo para a implantação dos projetos de maior porte, avaliação correta das etapas sucessivas de implantação, correção de distorções e assessoramento para contornar imprevistos e impactos ambientais e sociais negativos. Na elaboração das estratégias preconizadas para garantir a presença de atividades agrícolas, para o abastecimento da população amazônica em produtos alimentares - diversificados e consistentes - há que considerar o tamanho de cada propriedade, sua localização em relação aos centros consumidores mais próximos; e face às possibilidades de comercializar os excedentes não perecíveis com cidades ou regiões mais distantes. Sendo de se insistir na possibilidade de uma implantação progressiva de indústrias alimentícias, de uso cotidiano na região. Nesse sentido, mesmo antes de se realizar estudos mais aprofundados para se estabelecer as vocações e necessidades de cada sub-área regional, já se pode adiantar algumas diretrizes dirigidas para um uso econômico dos espaços amazônicos com o máximo da floresta em pé.

Já se conhece bem - no Brasil e no Exterior - as implantações das posturas legais que existiam até recentemente para supressão de florestas na Amazônia. Os códigos existentes - ainda que mais limitadores do que os vigentes para o Brasil extra-amazônico - foram elaborados à distância, por técnicos que desconheciam as fragilidades dos ecossistemas tropicais do Grande Norte brasileiro, e não possuíam qualquer iniciação aos princípios de uma utilização auto-sustentada e eco-desenvolvimentista. Daí o empirismo perigoso do percentual estabelecido para o desmate no interior de cada propriedade: preservando-se, teoricamente 50% da cobertura vegetal podia-se eliminar os restantes 50%, sem qualquer avaliação dos impactos negativos ou entrave para a velocidade temporal em relação ao desmatamento. Pelo contrário, nos projetos subsidiados pela antiga SUDAM, os proprietários eram instados a eliminar a floresta segundo um cronograma burocrático, como exigência prévia para poder receber novas parcelas de subsídios. Tratava-se de legislação tão empírica quanto nociva, aplicável a glebas de qualquer tamanho, na imensidão das terras florestadas da Amazônia. O resultado dessa maneira ignorante de legislar para o ecologicamente desconhecido (ou, pouco conhecido) foi a somatória de desmatamentos que agrediu a região nos últimos

E, assim se realizou, a única "guerrilha" pacífica conhecida na história social do Brasil, amparada e protegida, discreta ou ostensivamente, por ambientalistas de todo o mundo. Chico Mendes, com sua tranquilidade de "missionário" de uma causa justa e sua capacidade verbal de convencimento centrada na energia e força da cultura popular brasileira ficou mais conhecido e importante do que o então presidente do Brasil, José Sarney. Pagou com a vida pela ousadia de ter resistido a acuado alguns criminosos, insensados por representantes das classes dominantes.

Os "empates" era uma estratégia inteligente para criar embaraços aos propostos da dominação. Tinham um caráter de conversação prolongada, para convencer companheiros, seus iguais, que o destino havia colocado a saldo das classes dominantes, acostumados a ter a polícia e pro-parte a justiça de seu lado. Havia um quê de sedução intelectual e humana nas palavras dos defensores da floresta em pé. Suas velhas raízes ibéricas fortalecidas nas rusticidades dos sertões nordestinos e consolidadas nas tradições da conquista dos "rios da borracha" na distante terra acreana, lhe garantiam acesso na parlamentação com os ingênuos destruidores da floresta. Mas, de nada teria adiantado seu nível de discernimento e conscientização ecológica se não houvesse um apoio em bloco de homens, mulheres e crianças, participando dos "empates" inteiramente desarmados, oferecendo resistência e força moral para as lideranças mais esclarecidas. É nessa perspectiva que os "empates" se constituíram num dos mais notáveis movimentos da sociedade civil brasileira, no século XX. Quiçá o mais esclarecido, o mais bem sucedido e a mais pacífica das ações da base popular, ocorridas no Brasil, ao longo dos tempos. Por essa razão mesma, as elites culturais e políticas do Brasil - com um mínimo de sensibilidade humana - tem o dever de absorver e aperfeiçoar a idéia das reservas extrativistas, a favor das comunidades beiradeiras, isoladas na imensidão dos rios, igarapés e grandes matas biodiversas da Amazônia. Certamente, a proposta das reservas extrativistas não é a única e nem tampouco rígida e inflexível. Mas é indiscutível que ela guarda em seu esquema um dos mais criativos modelos de uso não predatório dos espaços amazônicos, passíveis de inserir progressivos e sucessivos valores agregados, pelo uso de tecnologias brandas, convenientemente dosadas. O que está em jogo é apenas a busca correta de tecnologias brandas para aumentar o valor dos produtos regionais - borracha fina, castanhas - sem eliminar o espírito comunitário introduzido pelas lideranças dos seringueiros em seus ativos sindicatos.

vinte anos da história brasileira.

Para corrigir, de imediato tal conjuntura desastrosa, propomos que para cada tamanho de propriedade haja uma postura diferenciada de percentuais permitidos para a supressão de florestas. De forma, que as pequenas propriedades tenham a possibilidade de obter um espaço razoável para o desenvolvimento de atividades agrárias em clareiras abertas no entremeio da mata. E, que, propriedades grandes, tenham percentuais de desmate permitidos, muito menores. Enquanto propriedades de 1 a 10 hectares - ou mesmo de 10 a 50 hectares - possam abrir até 30% no interior da floresta, propriedades gigantescas, dotadas de 500.000 a 1.000.000 de hectares, devem limitar-se a 0,5%.

Não se trata de uma proposta que implique em qualquer castigo para os que conseguiram obter verdadeiros feudos na região amazônica; mas, tão somente, uma maneira de forçar a implantação de empresas criativas, capazes de obter economicidade sem desmatar excessivamente, diversificando atividades nas áreas já desmatadas, respaldando as atividades extrativistas de seringueiros, castanheiros e beiradeiros, sob condições mais justas e humanas. Por outro lado, as limitações progressivas ao desmatamento, conforme a ordem de grandeza espacial das glebas, por certo ocasionará um chamamento à criatividade, pela introdução parcial de culturas sombreadas e diferenciação de cultivos nos espaços expostos ao sol. Trata-se de um capítulo importante para a racionalização do uso do espaço na Amazônia, que por si só merece um tratamento mais detalhado e aprofundado. Por ora, entretanto, elaboramos em caráter mais pensado, uma tabela de sugestões para o controle valorizado da política de supressão de matas intra-glebas, em propriedades ditas "rurais" no interior das selvas amazônicas. Trata-se de uma proposição revista de um trabalho similar publicado originalmente por Ab'Saber em 1987.

TABELA DE PÁGINA DUPLA

Tamanho da propriedade versus Potencialidades econômicas
versus fator Tempo de implantação.
